

INTERNATIONAL CONGRESS

Safeguarding the Intangible Cultural Heritage:
policies and practices for the next decades



Organization:



Support/funding:



2-3 Nov. 2023

Colégio do Espírito Santo | Universidade de Évora | Portugal

Congresso Internacional
A Salvaguarda do Património Imaterial:
políticas e práticas para as próximas décadas

LIVRO DE RESUMOS
Book of abstracts

2

N O V.

CONFERÊNCIA DE ABERTURA | Opening lecture

Anfiteatro 131 / Amphitheatre 131

9:30 — 10:30

Mutatis mutandis

Marc Jacobs

University of Antwerp; UNESCO Chair on critical heritage studies –
Vrije Universiteit Brussel

Marc Jacobs (1963, PhD) is at present, since September 2019, full time professor of critical heritage studies at the University of Antwerp and head of the department “heritage studies” and “conservation/restoration” in the Faculty of Design Sciences at the University of Antwerp. He is responsible for the bachelor’s, master’s and PhD’s programmes in heritage studies, including the new majors on heritage policy and on “safeguarding intangible heritage” (starting in 2023). He is also, since 2011, professor heritage studies and, since 2014, holder of the UNESCO Chair on critical heritage studies and the safeguarding of intangible cultural heritage at the Vrije Universiteit Brussel (Belgium). He will coordinate the application for an extended chair programme in 2023 in a collaboration of UAntwerpen and VUB. He is a facilitator for the global network of capacity building on the 2003 UNESCO Convention. The last ten years he worked in many countries, ranging from Belgium to South-Korea and Southern Africa on policy issues in safeguarding ICH. From 2008 to 2019 he was the director of FARO – Flemish Interface for Cultural Heritage, Brussels. He was one of the experts drafting the 2003 convention between 2001 and 2003, and an active member of the Belgian delegation for the 2003 Convention in the General Assembly (almost all meetings since the start). Between 2006 and 2008, and between 2012 and 2016, as a member of the Belgian delegation in the intergovernmental committee of the 2003 Convention.

Sessão 1 / Session 1 | Anfiteatro / Amphitheatre 131

Políticas públicas para o PCI / Public policies for ICH

10:45 — 12:00

O Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pela via legislativa: situação e impasses (2000-2022)

José Ricardo Oriá Fernandes

Instituto Brasileiro de Direitos Culturais (IBDCULT)

A legislação básica que fundamenta e normatiza a política de patrimônio cultural imaterial no Brasil é o Decreto n.º 3.551, de 2000, que criou a figura do Registro para a salvaguarda dos bens intangíveis. Nos últimos anos, o Legislativo federal brasileiro tem tomado para si a tarefa de declarar um determinado bem imaterial Patrimônio Cultural do Brasil, com a apresentação de projetos de lei, em desacordo com o decreto acima referido.

A presente comunicação tem como objetivos básicos: 1. analisar, com base na metodologia da pesquisa bibliográfica analítica, os projetos de lei da legislatura passada (2019-2022), bem como os pareceres exarados pela Comissão de Cultura, que tem a atribuição regimental em matérias relativas ao tema e que objetivam reconhecer um bem imaterial Patrimônio Cultural do Brasil; 2. promover um debate crítico e que se estenda a outras instâncias do poder público e da sociedade, a fim de que se dirima a questão sobre quem tem o poder legal para definir quais bens imateriais integram o Patrimônio Cultural do país. A principal questão norteadora de nossa comunicação é: o Legislativo federal, representado pela Câmara dos Deputados e Senado, tem legitimidade legal para declarar, por lei, um determinado bem imaterial Patrimônio Cultural do Brasil?

Com base na legislação vigente (Constituição Federal de 1988 e Decreto no. 3.551/2000), queremos mostrar que essa postura do Legislativo, além de ser inconstitucional, fere a autonomia do Poder Executivo. Somente o Ministério da Cultura, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tem a prerrogativa legal de estabelecer a política de preservação do Patrimônio Cultural no país. E, no caso específico de bens imateriais, proceder o registro dos mesmos, nos moldes estabelecidos pela Resolução n.º 1, de 3 de agosto de 2006.

Por fim, queremos contribuir com o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, pois consideramos que o Registro deve ser disciplinado por lei federal e não apenas por

um decreto governamental, na medida em que a política de patrimônio cultural constitui uma política de estado e não apenas de um governo.

José Ricardo Oriá Fernandes é historiador e advogado, mestre em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC, 1995), doutor em História da Educação pela Universidade de São Paulo (USP, 2009) e realizou estágio de pós-doutorado em História na Universidade Federal Fluminense (UFF, 2017). Foi Consultor Legislativo da área de educação, cultura e desporto da Câmara dos Deputados (1994-2023) e curador do Centro Cultural Câmara dos Deputados (2012-2017). É autor de vários artigos sobre patrimônio cultural e museus e do livro "O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar brasileira" (2011). Recentemente, organizou para as Edições Câmara o livro "Legislação sobre Cultura" (2023).

A (in) sustentabilidade na gestão dos itinerários de peregrinação. O caso dos itinerários certificados do Caminho de Santiago em Portugal
Maria João Moreira

Instituto Politécnico do Porto

A aprovação do Decreto-Lei n.º 51/2019, de 17 de abril veio regular a valorização e promoção do Caminho de Santiago, através da certificação dos seus itinerários. O objetivo desta comunicação visa apresentar uma análise acerca do enquadramento normativo da sustentabilidade no diploma da certificação, partindo da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, documento criado em Portugal e dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) consagrados internacionalmente. Remonta aos anos 90 do século passado a integração do conceito de capacidade de carga na gestão do turismo nos sítios património cultural (Marques, 2019), sendo organizações como o ICOMOS, a UNESCO e a Organização Mundial do Turismo (OMT), que têm produzido documentos com vista a um turismo sustentável. Dentro dos documentos produzidos destacam-se o "Código Mundial de Ética do Turismo", adotado pela Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo, o "Tourism at World Heritage Cultural Sites", publicado em 1993, o "Managing Tourism at World Heritage Sites: a Practical Manual for World Heritage Site Managers", publicado em 2002, e o "Making Tourism More Sustainable - A Guide for Policy Makers"²³, publicado em 2005. Em 2015 é aprovada a Agenda 2030 onde se definem 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), porém é visível a lacuna da inclusão do património cultural nos objetivos traçados. Com vista a preencher a lacuna, recentemente, o ICOMOS preparou um documento de orientação de políticas públicas, intitulado "Heritage and

the Sustainable Development Goals: Policy Guidance for Heritage and Development Actors”, para ilustrar as muitas maneiras pelas quais o património cultural pode abordar os ODS. O que se pretende demonstrar é de que forma a legislação da certificação dos itinerários do Caminho de Santiago em Portugal acolheu o sentido do quadro legal nacional e internacional da sustentabilidade com vista a seguir as orientações gizadas pelo ICOMOS face à lacuna do documento internacional que traça os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Maria João Moreira (Porto), é advogada e assistente convidada na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto na UTC de Estudos Culturais e Sociais e investigadora do grupo de Cultura, Arte e Educação do inED da ESE/PP e investigadora do CEHUM, do Grupo da Galabra da UMinho. Doutoramento em Estudos Culturais, ICS-UMinho. Estuda o Caminho de Santiago do ponto de vista da sua tutela jurídica e o seu enquadramento no setor das políticas públicas para o património cultural

Perception et gouvernance du patrimoine culturel immatériel au niveau local: une étude de cas franco-roumaine

Amandine Leporc

Laboratoires ITEM, Université de Pau et des Pays de l’Adour; RHeA, Universitatea de Vest din Timisoara

Le patrimoine culturel immatériel est devenu un véritable enjeu de société: il représente la richesse des communautés. Cependant, même après vingt années d’existence de la *Convention pour la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel*, encore peu de personnes et d’institutions ont pris conscience de l’importance de ce patrimoine, qui peut devenir un véritable levier de l’action culturelle et territoriale.

La Roumanie et la France font partie des premiers signataires de la Convention en 2006. Pour répondre à leurs obligations, ces deux pays ont mis en place des programmes respectifs de sauvegarde (lois, commissions nationales, inventaires...) et des réseaux d’acteurs se sont créés pour valoriser les pratiques traditionnelles. Mais par manque de connaissances sur ce que représente réellement le patrimoine culturel immatériel et une convergence partielle des communautés et des acteurs (institutionnels, associatifs, économiques, sociaux...) peu d’actions ont été réellement menées aux niveaux national et local. Néanmoins, on observe depuis peu un intérêt croissant de la société civile pour le patrimoine culturel immatériel, sans forcément le nommer comme tel. Et les communautés prennent peu à peu conscience de

l'importance de leurs pratiques, de leur reconnaissance et de leur valorisation, et les opportunités qui y sont liées.

Deux études de cas, l'une en France, l'autre en Roumanie, sont représentatives de ce phénomène.

Pour la mise en œuvre de la Convention, des expériences pilotes ont été menées en France. Une expérimentation de la notion d'inventaire appliquée au patrimoine culturel immatériel d'expression occitane a notamment eu lieu en région Nouvelle-Aquitaine, travail conjoint entre le laboratoire ITEM de l'Université de Pau et l'Institut Occitan de cultura. Ce travail de recherche-action a débouché sur une appropriation beaucoup plus importante de la notion de patrimoine culturel immatériel et elle est aujourd'hui inscrite dans le champ des politiques publiques, notamment sur le territoire historique du Béarn. Une nouvelle institution, le Pôle métropolitain du Pays de Béarn, a même vu le jour. Son action porte et prolonge les recherches universitaires sur le patrimoine culturel immatériel. Son objectif est de positionner la langue et la culture béarnaises comme vecteurs de développement territorial et de créativité.

En Roumanie, et plus particulièrement dans la région du Banat qui s'étend sur plusieurs départements de l'ouest roumain, sur la partie sud-est de la Hongrie et le nord-est Serbe, la gestion du patrimoine culturel immatériel est un peu plus complexe. Le Banat est une région multiculturelle, qui compte de nombreuses minorités ethniques et une profusion de pratiques traditionnelles spécifiques. Mais ces dernières ont très mal survécu les attaques du gouvernement communiste qui souhaitait une uniformisation des traditions populaires. Les communautés éprouvaient de la peur et ont abandonné leurs pratiques. Aujourd'hui, on observe un renversement de cette tendance: les différents groupes ethniques qui composent le pays sont fiers de leurs cultures et les revendiquent. Cependant, on constate un certain ralentissement dans l'identification des pratiques et leur valorisation car le patrimoine culturel immatériel n'est pas une priorité. Les ONG présentes sur le territoire et les ethnologues impulsent un dynamisme, apportent une connaissance de ce qu'est le patrimoine culturel immatériel.

Nous sommes arrivés à une période charnière en France et en Roumanie, du moins à l'échelle locale, où le concept de patrimoine culturel immatériel est davantage compris et intégré dans les actions de valorisation des identités culturelles et le développement local. Le Béarn et le Banat sont des territoires d'expérimentation et d'innovation en matière de gestion du patrimoine culturel immatériel. Évidemment, chaque territoire avance à son propre rythme, au fil des prises de conscience plus ou moins rapides et des moyens techniques et financiers déployés.

Je m'attarderai alors sur ces régions et ce choix de comparaison (i), sur les acteurs locaux impliqués dans le processus de gestion du patrimoine culturel immatériel, ainsi que sur leur appropriation (ou non) de cette nouvelle catégorie patrimoniale (iii). Il sera

question de gouvernance mais aussi de perception du patrimoine culturel immatériel. Comment est-il identifié, utilisé et valorisé sur ces deux territoires?

Amandine Leporc est une doctorante en anthropologie. Elle travaille sur gestion du patrimoine culturel immatériel en France et en Roumanie, avec une attention particulière sur les régions du Béarn et du Banat. Elle compare ces deux territoires sous le prisme de leur implication dans l'identification du patrimoine culturel immatériel, son traitement et sa valorisation. Elle mène cette recherche en cotutelle au sein des laboratoires ITEM à l'Université de Pau et des Pays de l'Adour en France et RHeA à l'Universitatea de Vest din Timisoara en Roumanie.

Sessão 2 / Session 2 | Sala / Room 124

Rituais e eventos festivos / Rituals and festive events

10:45 — 12:00

Semana Santa: património cultural imaterial do Entre-Douro-e-Minho

José Filipe Silva e Rui Ferreira

CIDEHUS, Cátedra UNESCO em Património Imaterial

As celebrações da Semana Santa afirmam-se como um momento determinante da vida coletiva do Entre-Douro-e-Minho. É um facto que a memória da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo já seria anualmente replicada, de formas mais ou menos clarividentes, desde que o Cristianismo se enraizou na Arquidiocese de Braga, a partir do século IV. No entanto, adquiriu uma singular expressividade nas cidades de Braga e da Póvoa de Varzim, que se destacam hodiernamente pela originalidade das práticas que continuam a observar anualmente. As suas manifestações mais relevantes são as procissões, recriações do cerimonial público cristão, que se revelam como momentos de mais significativa mobilização comunitária. Porém, subsistem outros cerimoniais relevantes, nomeadamente de âmbito litúrgico e devocional, ou as práticas associadas à celebração pascal. Com um percurso temporal que justifica uma abordagem dedicada, estes cerimoniais revelam uma essência que ultrapassa claramente os limites da crença e se situam hoje num patamar cultural e turístico evidente. Apesar de se tratar de um conjunto de práticas e manifestações de âmbito eminentemente religioso, a sua influência não se cinge a esse universo, mas aborda todas as dimensões das comunidades. Por isso mesmo, vai emergindo em ambas as comunidades a necessidade de efetuar o registo regular das suas práticas, bem como o seu reconhecimento como Património Cultural Imaterial.

José Filipe Silva é doutorado em História pela Universidade de Évora (2021). Mestre em Gestão do Património Cultural pela Universidade Católica Portuguesa (2011). Licenciado em Ensino de História pela Universidade do Minho (2003). É docente da disciplina de História no 3.º ciclo e secundário. Nos últimos anos centrou a sua ação em diferentes áreas: a) o Património Industrial, tendo desenvolvido investigação nesse domínio para a formulação de um Plano Museológico para o Museu do Leite; b) no âmbito dos Lugares de Memória, com um estudo sobre a Ribeira Grande de Santiago – classificada como Património da Humanidade em 2009 – decorrendo dessa pesquisa a formulação de uma proposta para a sua reconversão museológica. Presentemente, o enfoque do seu trabalho direciona-se para o Património Cultural Imaterial, no

âmbito do Património Religioso de Portugal, tendo como projeto o estudo da Confraria do Santíssimo Sacramento da Póvoa de Varzim e as cerimónias da Semana Santa dessa cidade. É investigador integrado do CIDEHUS e da Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional da Universidade de Évora. Desde 2022, é docente convidado da Autónoma Academy, lecionando a disciplina de Conceitos-Chave da Museologia, na pós-graduação em Museologia.

Rui Ferreira frequentou a Escola de Engenharia da Universidade do Minho, tendo-se licenciado em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa no ano de 2009. Em 2013 obteve o grau de Mestre em Património e Turismo Cultural na Universidade do Minho, com a dissertação "Festas de S. João em Braga: raízes, história e potencial turístico". Em 2019 concluiu o doutoramento em Estudos Culturais na Universidade do Minho, tendo como tese "Os cerimoniais público(-privados) e as solenidades da Semana Santa de Braga". Pertenceu à Companhia de Jesus entre 2004 e 2011. Nesse período colaborou com o Centro Académico de Braga, Apostolado da Oração e foi docente no Colégio de S. João de Brito. Entre 2011 e 2013 trabalhou com o Gabinete do Arcebispo Primaz e entre 2013 e 2021 desempenhou funções como assessor do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga. Tem-se dedicado, desde 2002, aos Estudos sobre Braga, através da publicação de artigos e comunicações. Foi autor do blogue de cidadania Braga Maior e fundador e presidente da associação Braga Mais. Entre 2013 e 2019 assumiu a presidência da Associação de Festas de São João, responsável pela realização das festas da cidade de Braga. Foi responsável pelo comissariado de várias exposições, sendo autor dos livros "O São João é de Braga" (2014), "São João da Ponte: o pitoresco lugar da cidade de Braga" (2016), "Procissão da Burrinha" (2017), "O Santuário do Bom Jesus do Monte" (2017), "A Semana Santa em Braga" (2021), "Trilhos Bragueses" (2021) e "A Devoção de Nossa Senhora das Dores na Basílica dos Congregados" (2022). É autor da proposta da Semana Santa de Braga ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Em 2021 fundou o Ponto Braguez, no qual se dedica a divulgar o Património e a História de Braga. Integra a Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional da Universidade de Évora desde 2021.

Rituais da Quaresma e Semana Santa em Mogadouro

M^a Emília Pires Nogueiro

Instituto Politécnico de Bragança

As Solenidades do Senhor dos Passos de Mogadouro inscrevem-se no âmbito das práticas sociais, rituais e eventos festivos em que o património imaterial também se manifesta. Porque se trata de um ritual em contínua recriação desde o século XVII, que

nunca foi alvo de um estudo sistematizado, e porque se assume como uma importante prática devocional da comunidade local (importa destacar que, no atual contexto de despovoamento do interior, Mogadouro perdeu uma parte significativa da sua população nos últimos anos), os objetivos do presente estudo focam-se na identificação do bem patrimonial imaterial, a sua investigação e inventariação com o propósito de o salvar e valorizar.

A celebração da Quaresma e Semana Santa em Mogadouro é dinâmica e viva por isso atualmente é a comunidade local de Mogadouro, em conjunto com a Comissão das Solenidades, a Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro e a paróquia de São Mamede de Mogadouro que recriam a representação da Paixão e do Enterro de Cristo e Via Sacra ao vivo numa celebração que decorre em cinco dias. A imaginária cristológica que ilustra o ritual é do século XVII, esculpida em madeira e policromada. As esculturas - uma imagem de vestir do Senhor dos Passos e um Cristo articulado - são de extraordinária qualidade técnica e potente expressividade na linguagem artística em que foram produzidas, possivelmente, em oficinas bem apetrechadas de Castela e Leão. Constituem uma parte material do bem imaterial que já foi alvo de inventário pela recente incorporação em depósito no acervo do Museu de Mogadouro (em construção). No território raiano de Mogadouro, a proximidade com Castela e Leão é evidente na produção artística das esculturas e na cenografia da representação das Solenidades do Senhor dos Passos. No quadro teórico do amplo e variado campo de estudo das práticas sociais, rituais da Quaresma e Semana Santa que se celebram em boa parte do território peninsular e dentro das diferentes tipologias que se definem, destaca-se a proximidade entre Mogadouro e Bercianos de Aliste (Zamora), (celebração classificada já como - Bien de Interés Cultural Inmaterial y Fiesta de Interés Turístico de Castilla y León). Esta proximidade transfronteiriça é evidente nos elementos mais significativos da exaltação do rito - uma escultura do século XVII de Cristo articulado utilizado em diferentes posições e os diversos sermões.

As Solenidades do Senhor dos Passos de Mogadouro constroem-se a partir da pluralidade de linguagens multissensoriais encenadas com esculturas, pinturas nos painéis colocados nos nichos distribuídos pelas principais ruas da vila, cânticos, sermões, representação da Via Sacra e diversas figuras alegóricas que constituem o veículo de expressão da narrativa teatralizada pela comunidade.

O presente estudo parte também do envolvimento dos grupos e indivíduos responsáveis pelas Solenidades do Senhor dos Passos no processo de patrimonialização das celebrações. A comunidade que celebra participa na consciência do valor identitário do bem patrimonial imaterial, mas também teme as ameaças à continuidade da prática motivadas, fundamentalmente, pela fragilização demográfica.

A metodologia aplicada privilegia o inventário dos diferentes elementos e interseções do bem patrimonial imaterial em estudo para poder integrá-lo no domínio: Práticas

sociais, rituais e eventos festivos, tal como se expõe no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, MatrizPCI. Dos elementos expressos no Decreto-Lei de salvaguarda do património cultural imaterial n.º 139/2009, de 15 de junho, o presente estudo focará essencialmente: a caracterização detalhada do bem cultural imaterial; o contexto social, territorial e temporal de produção; o património, material e imaterial, associado; as comunidades, grupos ou indivíduos abrangidos; as pessoas ou instituições envolvidas na prática ou transmissão da manifestação.

O estudo e a divulgação são o principal contributo do presente trabalho, que aspira também a potenciar a interpretação do ritual enquanto prática «transcendible» da fronteira entre Portugal e Espanha.

M^a Emília Pires Nogueiro é doutorada em História de Arte na Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Salamanca, mestre em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, licenciada em Ciências Históricas na Universidade Portucalense, Porto. Após o doutoramento fez especialização avançada em Estudos Clássicos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É docente na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança.

Semana Santa de Santa Maria da Feira: entre a tradição e a contemporaneidade

César Costa

Universidade do Porto

A *Semana Santa de Santa Maria da Feira*, pela vivência, originalidade e dinamismo, tem vindo a afirmar-se como evento de referência nacional das celebrações mais importantes do calendário cristão. Sedimentado desde 1998 pelo conjunto de parceiros – Grupo Gólgota, Município de Santa Maria da Feira, Paróquia de S. Nicolau da Feira e Santa Casa da Misericórdia da Feira – este projeto é, atualmente, candidato à integração na Rede Europeia de Celebrações da Semana Santa e Páscoa, tendo-se tornado, não apenas, um espaço privilegiado para viver e sentir os acontecimentos centrais da história e da fé, para locais e visitantes, como também para colocar em evidência o diálogo possível entre *tradição* e *contemporaneidade*, desde as celebrações litúrgicas às recriações históricas, do teatro à música, da arte à espiritualidade, do património às instituições. Enquanto evento aglutinador e de diferente oferta de programação, tem assumido uma atitude de crescimento e aposta, ampliando os seus horizontes no espaço e no tempo, procurando envolver mais o território do Concelho e Vigararia/Arciprestado de Santa Maria da Feira e alargando a vivência a todo o período da Quaresma e Páscoa, levando o público a experienciar

momentos especiais da história do cristianismo, numa conjugação das componentes religiosa, cultural e social.

Partindo deste contexto resulta imperativo perceber a antiquíssima tradição das celebrações da Semana Santa de Santa Maria da Feira, levadas a cabo pelos frades dos Loios, ou frades azuis, párocos da paróquia da Feira. Mais tarde, a meados do último quartel do século XVIII, a Confraria do Senhor dos Passos, que organizava a Procissão de Quinta-feira Santa, em rutura com dos frades dos Loios, abriga-se e aloja os seus bens, nomeadamente as imagens da Procissão de Quinta-feira Santa, conhecida como das Endoenças, do Triunfo ou do Ecce Homo, em capela lateral da Igreja da Santa Casa da Misericórdia da Feira. É possível que dita Procissão passasse a ser organizada pela Misericórdia da Feira, pelo menos a partir de 1787, possivelmente aquando da extinção da Confraria do Senhor dos Passos. Esta Procissão, como um dos momentos altos da Semana Santa de Santa Maria da Feira, a par das restantes celebrações e tradições, demonstram a antiguidade e tradição da Semana Santa de Santa Maria da Feira, que pretendemos estudar, preservar e conservar.

Ao mesmo tempo, e à sombra desta tradição, impõe-se como objetivo, descobrir e apresentar o percurso da vivência da Semana Santa na cidade, com as suas particularidades e tradições. Para tal, utilizaremos como fonte o acervo documental da Santa Casa da Misericórdia da Feira, recentemente organizado, no âmbito do projeto MISERERE, assim como documentação do Arquivo Municipal e do Museu do Convento dos Loios. Paralelamente, recuperando a história mais recente, que se abre à novidade e a novas formas de expressão da fé, da cultura e da tradição, queremos colocar em diálogo o que herdamos e o que construímos, numa simbiose de preservação e criatividade que se vai consolidando.

Com este pano de fundo e pretendendo abarcar estes objetivos, apresentamos *Semana Santa de Santa Maria da Feira: entre a tradição e a contemporaneidade*. Tradição, pela valorização e dinamização do património religioso e arquitetónico, entre os quais a Igreja do Convento dos Loios e a Igreja da Misericórdia da Feira, com visitas guiadas, exposições ou concertos de música sacra, e pela potenciação da antiquíssima Procissão das Endoenças, também designada por Procissão do Triunfo ou do *Ecce Homo*, em noite de Quinta-Feira Santa, que encontra as suas origens da segunda metade do século XVIII e que, levada a cabo pela Santa Casa da Misericórdia, se assume como um momento de profunda religiosidade popular na devoção ao 'Senhor da Cana Verde'. Contemporaneidade, pela revitalização dos espaços religiosos, aliando à arte e à cultura, em programas singulares e atrativos, e de potenciação do teatro, mormente de rua, envolvendo diferentes instituições e centenas de pessoas, nas recriações históricas e teatrais dos últimos dias da vida terrena de Jesus, usando como palco diferentes espaços arquitetónicos da cidade, com destaque para o Castelo de Santa Maria da Feira, ex-libris da cidade.

César Costa é mestre em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa e licenciado em História na Universidade do Porto. Frequenta, na mesma instituição, o Doutoramento em História. Sacerdote na Congregação dos Missionários Passionistas, é, também, Coordenador da Semana Santa de Santa Maria da Feira, presidente da Associação Grupo Gólgota, consultor histórico da Viagem Medieval em Terra de Santa Maria. Aliando a Teologia e a História tem orientado diversas formações a grupos e movimentos eclesiais.

Sessão 3 / Session 3 | Anfiteatro / Amphitheatre 131

Educação e valorização do património I / Education and heritage valorisation I

12:00 — 13:15

O papel dos jovens do ensino básico na salvaguarda do património imaterial

Teresa Simão

CIDEHUS, Cátedra UNESCO em Património Imaterial

Mais do que valorizar o PCI que caracteriza determinada região, há que definir urgentemente práticas que visem preservá-lo.

Nas diversas academias, têm sido desenvolvidos múltiplos trabalhos de investigação no sentido de registar o património existente no nosso país, bem como visando ajudar a preservá-lo e a garantir a sua transmissão às gerações vindouras. Na verdade, muito já se fez, mas muito ainda falta fazer e é fundamental alargar a investigação ao ensino básico e secundário, para que, logo desde cedo, os jovens aprendam a estimar os conhecimentos dos seus antepassados, se apropriem deles e lhes deem continuidade.

A recolha e divulgação do património linguístico do Alto Alentejo por parte de alunos do Agrupamento de Escolas José Régio – Portalegre, bem como o programa Gera T, dinamizado pelas escolas de hotelaria e turismo de Portugal em parceria com diversas escolas básicas, são dois exemplos de boas práticas e experiências que têm vindo a gerar frutos. A presente comunicação pretende dar a conhecer esses dois projetos e demonstrar como é possível levar jovens (dos 6 aos 15 anos) a recolher património linguístico e gastronómico do Alto Alentejo, claro que sempre com a supervisão de um docente credenciado na matéria, a fim de garantir o rigor científico que se impõe em qualquer tipo de investigação.

No que toca ao património linguístico, depois de despertados para a variedade dialetal da Língua Portuguesa, os discentes foram desafiados a recolher léxico característico do Alto Alentejo junto dos seus familiares e amigos. Partindo de uma grelha de registo simplificada, fizeram a recolha e entregaram-na aos seus professores de Português, que a encaminharam à equipa de supervisão. Esta analisou os resultados, depurou-os e organizou a sua divulgação, quer em cartaz, quer em livro.

Quanto ao património gastronómico, em 2022-23, as escolas de hotelaria lançaram um projeto piloto – Gera T– que, para além visar atrair alunos para as mesmas, levou os discentes das escolas parceiras a descobrir o património material, imaterial e

natural de Portugal. No caso de Portalegre, a parceria foi estabelecida com o Agrupamento de Escolas José Régio e foi escolhido trabalhar o património gastronómico do Alto Alentejo. Assim, foi construído um inquérito e aplicado aos familiares e amigos dos discentes do ensino básico envolvidos. Apuradas as recolhas, foram analisadas e retificadas pela professora supervisora. Com a colaboração de diversos docentes do conselho de turma, foi construído também um e-book que evidencia o trabalho desenvolvido. Na Escola de Hotelaria e Turismo, para além de experimentarem algumas dessas receitas típicas, os alunos envolvidos escolheram algumas para introduzir uma pitada de inovação.

Estes são apenas dois exemplos do muito que se pode fazer no ensino básico com vista à valorização e salvaguarda do nosso património, assim haja vontade por parte dos diretores das escolas e de alguns docentes para substituírem algumas aulas pela implementação de projetos desta índole.

Tratando-se de um património intangível, a sua salvaguarda representa um desafio ainda maior, logo, só unindo esforços entre as diversas instituições de ensino poderemos chegar mais longe e obter melhores resultados.

Teresa Simão é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (Universidade de Coimbra), mestre em Ciências da Linguagem e da Comunicação e doutorada em Linguística (Universidade de Évora). Docente de Português e Alemão, concilia o ensino com a investigação na Universidade de Évora (CIDEHUS e Cátedra UNESCO), na área do PCI do Alentejo. Além de artigos em revistas nacionais e internacionais, publicou alguns livros sobre o património gastronómico e linguístico do Alto Alentejo: “Dicionário do Falar Raiano de Marvão”, “O Falar de Marvão”, “Marvão à Mesa com a Tradição”.

Conexão Comunidade: identidade, memória e território

Fábio Luiz da Silva de Sousa Leão

Agência de Iniciativas Cidades

O Conexão Comunidade é um programa que alia educação, desenvolvimento comunitário, identidade, território e memória. Esse programa vem sendo desenvolvido desde 2016, em diversas cidades do Brasil e tem como objetivo a formação de professores dentro da temática do patrimônio cultural. A formação de professores é realizada a partir de uma perspectiva emancipadora, visando o resgate das histórias das pessoas comuns. Dessa forma, busca-se estimular o professor a compreender que quando tratamos de patrimônio cultural, nos referimos, também, as histórias, memórias e experiências sociais de todas as pessoas. O objetivo é que o

professor possa desenvolver suas aulas, propondo a investigação das histórias e trajetórias de vida dos seus próprios estudantes, buscando sensibilizá-los para a importância de conhecerem suas próprias histórias de vida. Os professores fazem uma formação em uma plataforma virtual, além dos encontros presenciais que acontecem na escola. Ao longo da formação, o professor elabora um projeto de educação patrimonial que deve ser executado na comunidade onde a escola se encontra. A ideia é chamar atenção para as nossas relações cotidianas, nossos modos de vida e jeitos de nos organizar. Partimos da concepção de que o patrimônio cultural está enraizado na noção de identidade que é formada, transformada e reinventada a partir das experiências coletivas, da vida em sociedade em tempos e territorialidades diversas. Certas formas de expressão, modos de falar, de criar, de fazer, de viver, usar, são bens imateriais que se incorporam a alguém na coletividade, de tal maneira que passam a referenciar uma identidade. Importante ressaltar essa noção da coletividade. Temos alguns patrimônios que são nossos, são individuais. Mas a ideia de patrimônio cultural passa necessariamente por algo que é compartilhado por um coletivo. Nesse trabalho, nos apoiamos nas histórias de vida como metodologia. Acreditamos na valorização das histórias de vida aliadas ao desenvolvimento local como uma forma de potencializar a construção de uma sociedade mais tolerante. Conhecer o outro a partir de suas experiências no mundo nos permite ir de encontro a diversidade e, dessa forma, compreender o outro a partir de toda sua complexidade. No campo da educação, a formação para o patrimônio cultural, a partir dessa perspectiva, visa proporcionar aos estudantes a compreensão de que as histórias que compõem suas vidas são importantes patrimônios culturais e que é necessário valorizá-las e conhecê-las, pois elas guardam nossas origens e é a partir delas que nos afirmamos no mundo. Sendo assim, o programa Conexão Comunidade vem, nos últimos anos, possibilitando a formação de diversos professores com base em uma educação para o patrimônio cultural, valorizando, principalmente, as histórias de vida das pessoas, suas memórias e seu pertencimento local.

Fábio Luiz da Silva de Sousa Leão é historiador e professor na educação básica e superior de ensino. É mestre em Educação e escreve materiais didáticos para todos os níveis da educação. Atua na formação de professores, abordando diversas temáticas, entre elas Educação para o patrimônio cultural.

Intangible Heritage of Humanity: a link between people to build a culture of peace from the classroom. An educational proposal

Maylene Cotto-Andino

Universidad de Castilla La Mancha, Campus de Toledo, Asociación Getafe Madrid para la UNESCO

In today's pluralist society, the need for coexistence, the capacity for dialogue, relationships and communication is increasingly valued. Coexistence in this society is complex, especially when there are cultural and social differences and when we live in plural societies, governed by the macro empire of communications with educational models as deficient as those of the different nations that make up humanity. Music has the great capacity to transmit feelings that can change and transform society and constitutes an authentic axis for the integral development of our reality and becomes, if we propose it, a therapeutic reference of values for humanity, a generator of solid bases of behaviour, which will guide us along a true ethical path towards generosity, dialogue, education, respect for interculturality and towards peace. Federico Mayor Zaragoza in the prologue of the book: *Escuela, espacio de Paz* tells us that: "peace at home is the peace of understanding, respect and love and peace at school refers to friendship with other students, knowing that all are equal in dignity, that no one is superior to another" (Mayor Zaragoza, 2013). All these values together form the true intangible cultural heritage of humanity.

We all know that cultural heritage is the legacy through which a people, a country or a society recognises its identity, its collective memory and its own historical and social features. Within this concept, two aspects should be highlighted: that of tangible or physical heritage, which refers to buildings, places and objects, and that of intangible heritage, which refers to values, beliefs, symbols and all kinds of artistic representations that are part of a social, cultural and civic reality (Berger, Peter L. and Luckmann, Thomas, 1972). In short, intangible cultural heritage refers to the practices, representations, knowledge and skills that give communities, groups and individuals a sense of identity and a feeling of continuity, music being the clear voice, the most vivid manifestation of a historical, civic, social, community and national reality, reflecting UNESCO's five core values: freedom, social progress or the search for it, equal rights, human dignity and peace (Sanfeliú, 2005).

As an example of the importance that UNESCO attaches to intangible cultural heritage and within this, to music as a transmitter of its values, we have among other examples: Garifuna language, dance and music (from Belize and supported by Honduras and Nicaragua); the oral heritage of Gelede, Benin (supported by Nigeria and Togo); the Carnival of Oruro (Bolivia); the Kun Qu opera, from China; the oral heritage and material manifestations of the Zápara people (Ecuador and Peru); Georgian polyphonic choral music (Georgia, Russian Confederation); the cultural space of Sosso-Bala in Guinea; Kutiyattam Sanskrit theatre in India; Pupi opera in Sicily; Nogaku theatre in Japan. The important cultural space of Jemaa-el-Fna in Morocco, the ritual music and rural ancestral rite of the Jongnyuo Shrine in the Republic of Korea and, finally, flamenco in Spain, among many others, are also on the list, demonstrating that every human being, every community, every society has the capacity to transform itself,

to create, to innovate within its own history, and that this in turn can contribute to the unity of society and its understanding with the rest of the world.

Maylene Cotto-Andino is Associate Professor, Toledo Campus, Spain. Faculty of education. Coordinator of Cultural Projects - Transversal of the UNESCO Getafe - Madrid office. Member 1447 of the UNESCO Chair: Society and Heritage.

Sessão 4 / Session 4 | Sala / Room 124

Tradições e expressões orais I / Traditional and oral expressions I

12:00 — 13:15

“Serious Escape Games”: narrativas experienciais como via para a perceção e valorização do património cultural

Mara Castro e Natália Pires

Instituto Politécnico de Coimbra; Cátedra UNESCO em Património
Imaterial

Os *serious escape games*, nomeadamente os *escape games* educativos baseados em narrativas contextuais, têm por base uma abordagem socio-construtivista com uma forte componente de intervenção psicológica. Na sua essência, estas atividades são «an instructional method requiring learners to participate in collaborative playful activities explicitly designed for domain knowledge acquisition or skill development so that they can accomplish a specific goal [...] by solving puzzles linked to unambiguous learning objectives in a limited amount of time»¹.

Estudos têm permitido concluir que os *escape games* educativos promovem o trabalho de equipa e a colaboração, produzem elevados níveis de diversão e envolvimento, contribuem para a interação social e comunicação, para o sentido de pertença e promovem competências como o pensamento crítico, a resolução de problemas, a criatividade e a liderança. Pela sua natureza motivacional, os *escape games* têm ganhado o interesse crescente por parte da academia, nomeadamente com a integração deste tipo de atividades nos programas de instituições educativas e bibliotecas e, inclusivamente, a construção de kits para educadores.

Tendo por base a confluência de áreas como a Educação, a Pedagogia, a Literatura, a História e a Psicologia, o projeto *Turris Arcanus* pretende demonstrar que o património cultural e a cultura em geral podem ser mais percebidos, apreciados e valorizados através de narrativas experienciais em contexto de jogo, com a criação de *Serious Escape Games*, e cuja aplicação é vasta, com resultados francamente positivos, em ambientes educativos, turísticos e empresariais. Também, o projeto contribui para dar resposta ao apelo para o desenvolvimento de experiências turísticas, de lazer e educativas significativas, com enfoque em variáveis psicológicas

¹ Panagiotis Fotaris e Theodoros Mastoras, “Escape Rooms for Learning: A Systematic Review”, in *ECGBL 2019 - 13th European Conference on Games Based Learning* (Denmark: Academic Conferences and publishing limited), 2.

e promoção de bem-estar. Nesta apresentação daremos como exemplo o *Escape Game* desenvolvido nos castelos de Belver, Palmela, Pombal, Torres Novas, Óbidos e no Convento de Cristo em Tomar.

Mara Castro é a criadora da Escape Tower®. Dedicar-se à conceção e dinamização de experiências de escape games em locais de interesse histórico e cultural nacionais, tendo recebido mais de 9000 jogadores em vários locais do país. Nestas experiências, alia os elementos da investigação histórica aos temas do desenvolvimento humano e psicologia, nomeadamente motivação, aprendizagem e bem-estar.

Natália Pires tem trabalhado sobre as especificidades linguísticas do romanceiro da tradição oral moderna portuguesa, sobre o contributo da literatura tradicional para os constructos identitários das comunidades e, ainda, na elaboração de propostas de uso desse património literário de transmissão oral com vista a sua salvaguarda.

*“Acudamos a tudo, enquanto é tempo (Leite de Vasconcelos)” –
Algumas questões à roda da recolha e salvaguarda da literatura oral
tradicional*

Ana Maria Paiva Morão

CLEPUL, Universidade de Lisboa

Já em 1933 Leite de Vasconcelos alertava para a necessidade de “acudir a tudo”, face às mudanças que via ocorrer na vida dos portugueses e que, inexoravelmente, levavam ao progressivo desaparecimento de um certo contexto cultural e, como consequência, das práticas ancestrais tradicionais nas quais se incluíam as práticas linguísticas conhecidas como Literatura Tradicional, oral e escrita.

Também Manuel Viegas Guerreiro afirmou que as grandes mudanças sociais e económicas ocorridas na segunda metade do séc. XX levariam a uma grande transformação nas “formas de expressão lúdica, na música vocal, ou instrumental e na dança”, como igualmente observou o etnólogo Jorge Dias.

Estes e outros estudiosos estavam conscientes da enorme perda cultural que tudo isto representava, mas apesar dos esforços desenvolvidos por eles e também por organismos como a UNESCO para o reconhecimento e salvaguarda do Património Cultural, nomeadamente do Imaterial, a verdade é que, cada vez, mais nos deparamos com o problema da preservação de uma herança que não oferece dividendos económicos, numa indiferença, individual ou institucional, que é, muitas vezes, fruto de uma iliteracia cultural.

Face às ameaças geradas por fatores diversos como a crescente desertificação do interior, a aculturação das populações, a recente instabilidade agravada pelas situações de pandemia e guerra, esta comunicação foca a necessidade de um maior conhecimento do que é Literatura Oral Tradicional, do que esta representa como Património Cultural Imaterial a salvaguardar e reflete sobre o desafio de encontrar os meios para o fazer.

Para alcançar esse objetivo, considera-se indispensável que indivíduos, entidades e instituições tenham em consideração a obtenção prévia de conhecimentos, teóricos e práticos, sobre a Literatura Oral Tradicional.

O enquadramento teórico será a bibliografia específica, de que abaixo é indicada uma amostragem, o conhecimento de bases de dados qualificadas e a metodologia utilizada será fruto da experiência de pesquisa e dos métodos de recolha, classificação e sistematização sob critérios científicos adotados pela comunidade internacional, conforme resenha curricular anexada. Como caso de estudo, abordar-se-á o do Romanceiro.

Ana Maria Paiva Morão é doutorada em Estudos Literários (especialização Literatura Oral e Tradicional) pela Universidade de Lisboa. Investigadora integrada do CLEPUL (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), onde é coordenadora da Linha de Investigação *Tradições Populares Portuguesas 'Prof. Manuel Viegas Guerreiro'*. Colaboradora do CIAC, Centro de Investigação em Ciências da Comunicação e Artes, Universidade do Algarve. Docente do módulo *Literatura Oral Tradicional* no Curso de Pós-graduação em Património Cultural Imaterial da Universidade Lusófona. Membro da Direção da Associação para a Salvaguarda do Património Imaterial Cultural. Membro da International Ballad Commission (Kommission fur Volksdichtung). Tem apresentado comunicações de temática em congressos e jornadas científicas internacionais e organizado oficinas de formação, relacionadas com a Literatura Oral Tradicional e com o Património Imaterial. É autora de diversas publicações. ID 0000-0002-8876-1538.

Entre as fronteiras dos géneros da literatura oral tradicional portuguesa

Lina Santos Mendonça

CLEPUL, Universidade de Lisboa

Com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, a Literatura Oral Tradicional, vista como marginal por muitos, ou seja, colocada «à margem» do cânone literário, obteve, finalmente, o «estatuto oficial» de património cultural

imaterial, assaz necessário para a afirmação do seu valor e para a consciencialização da urgência/pertinência de um trabalho contínuo de preservação.

Deste modo, um caminho a trilhar é a realização de trabalho de campo, com incentivo ao alargamento das áreas geográficas de intervenção, através da recolha audiovisual dos vários espécimes da Literatura Oral Tradicional que ainda perduram na memória popular, com vista à sua transcrição fidedigna, à sua classificação, ao seu estudo, à sua conservação e respetiva divulgação.

Contudo, se incentivamos o trabalho de campo, assente em boas práticas, também sensibilizamos para a necessidade de um trabalho correto de ordenação, sistematização e classificação, sem desprezar a consulta de catálogos especializados (Cancioneiros, Romanceiros, etc.), cujo resultado será um *corpus* consistente, capaz de integrar qualquer estudo ou obra de referência e de se tornar um elemento de várias ações de conservação e de divulgação, seja através da intervenção do investigador, seja através de técnicos especializados ou agentes culturais.

Assim, com base na nossa experiência de coletora de textos da tradição oral e respetivo trabalho de classificação e estudo e, ainda, com base na nossa participação em trabalhos de ordenação, sistematização e classificação, desenvolvidos no antigo Centro de Tradições Populares Portuguesas Professor Manuel Viegas Guerreiro (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa), pretendemos abordar alguns problemas (e até erros frequentes) surgidos durante a classificação de textos de Literatura Oral Tradicional, devido às fronteiras bastante próximas de alguns géneros, à partilha de temas, à contaminação e a outros elementos provenientes da natureza oral dos textos, da sua transmissão de geração em geração, do contexto de enunciação e de costumes e de tradições. Por exemplo, apresentaremos o caso dos romances, das orações e das cantigas; o caso dos provérbios e das expressões populares; da lenda e do conto, entre outros.

Para concretizar o nosso objetivo, desejamos analisar um conjunto de espécimes éditos e inéditos (oriundos das nossas recolhas e das recolhas arquivadas no CLEPUL-FLUL, pertencentes ao espólio do professor João David Pinto Correia, constituído por trabalhos realizados no âmbito da cadeira de Literatura Oral Tradicional), passíveis de suscitar dúvidas ou enganos. A par desta exemplificação, faremos a remissão para a bibliografia da especialidade, enquanto apoio essencial do trabalho do investigador, no sentido de se evitar resultados frágeis e pouco seguros.

Portanto, desejamos contribuir para o conhecimento dos vários géneros e subgéneros da Literatura Oral Tradicional e das suas características essenciais e para o esclarecimento de dúvidas face a tipologias textuais mais problemáticas, devido a características singulares, sem deixar de atender às circunstâncias de transmissão e à natureza oral dos textos. Por outro lado, é nosso intento refletir sobre o papel do investigador que não se reduz nem às tarefas de coletor, transcritor e classificador nem à tarefa de arquivador.

Lina Santos Mendonça é Investigadora do CLEPUL (Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa), com mestrado e doutoramento na especialidade de Literatura Oral Tradicional (FLUL). Tem particular interesse na recolha, classificação, sistematização e divulgação de textos da tradição oral, bem como no estudo das tradições e festividades populares portuguesas. Além disso, integra um projeto de investigação sobre a Rainha Santa Isabel, coordenado pela professora Doutora Maria de Lourdes Cidraes, no CLEPUL. Nos últimos anos, tem participado em diversos congressos nacionais e internacionais, divulgando, sobretudo, os seus estudos sobre a Literatura Oral Tradicional Alentejana e sobre as Tradições e Festividades Religiosas do concelho de Reguengos de Monsaraz.

CONFERÊNCIA PLENÁRIA | Plenary conference

Anfiteatro 131 / Amphitheatre 131

15:00 — 16:00

Intangible cultural heritage, tourism and sustainability: opportunities and challenges

Alexandra Rodrigues Gonçalves

University of Algarve

Alexandra Rodrigues Gonçalves is Assistant Professor at the University of Algarve, School of Management, Hospitality and Tourism, where she teaches since 1997. She is an Integrated Researcher at CinTurs – Research Center for Tourism, Sustainability and Wellbeing for the areas of Tourism, Territory, Heritage, Cultural Management and Creative Industries. She holds a PhD in Tourism from the University of Évora (2013), a Master's Degree in Cultural Management from the University of Algarve (cooperation with the University of Paris-8, Sorbonne) (2002), a postgraduate degree in Cultural Heritage Law from the Faculty of Law of the University of Lisbon (2016), and a Degree in Marketing (1997). She held the position of Regional Director of Culture for the Algarve from 2013 to 2018; she was a member of the Faro City Council between October 2009 and October 2013, responsible for culture, tourism, social action, the economy and health. She has published research in the areas of tourist and cultural experience, cultural and creative tourism, management of cultural heritage and museums, event evaluation, among others. She coordinates projects in the area of tourism, culture and sustainability, and other projects in the areas of creative industries and entrepreneurship. Since October 30, 2019, she is the Director of the School of Management, Hospitality and Tourism of the University of Algarve.

Sessão 5 / Session 5 | Anfiteatro 131 / Amphitheatre 131

Memória e património / Memory and heritage

16:00 — 17:15

Indústria dos mármore do Alentejo (Portugal). Reconstruindo a memória e a imaterialidade

Armando Quintas

CIDEHUS, Universidade de Évora

Nos municípios de Vila Viçosa, Borba e Estremoz, que fazem parte da região do Alentejo central, localiza-se a maior e mais importante reserva geológica de mármore de Portugal. Esses mármore, reconhecidos pela textura macro-cristalina e variedade policromática (azuis-acinzentados, brancos, cremes negros e rosas), têm sido explorados desde a época romana, e aplicados ao longo dos diversos períodos históricos em edifícios civis, religiosos, obras públicas, urbanismo e escultura.

A sua procura, tem constituído um comércio apreciável em termos de valores de exportação, nos últimos 150 anos, assumiu características globais, originando uma moderna indústria de exploração e transformação que conheceu um crescimento acelerado no século XX, no período de 1945-1986. A chegada de muitas empresas permitiu um aumento acelerado na exploração, com a abertura de centenas de pedreiras recorrendo ao financiamento de imensos capitais, processos técnicos modernos e nova tecnologia de ponta. Como consequência, verificou-se no mesmo período um grande aumento de novos recursos humanos.

Constatou-se que a modernização desta atividade criou não só um polo de desenvolvimento industrial, como também deu origem a novos progressos sociais, alicerçados entre relações empresariais, laborais, e transformação de costumes e vivência entre as comunidades locais. Nesse sentido, observou-se a existência de uma memória do trabalho bastante vincada que advém da relação com esta centenária atividade. Podemos constatar a presença de uma fortíssima marca identitária nestes concelhos, onde cada família já teve ou tem algum elemento familiar ligado a este sector económico.

Como preservação desta memória coletiva, investigadores do Centro de Estudos CECHAP, através do estudo sobre a temática do Património e História da Indústria dos Mármore – PHIM, tem vindo a desenvolver desde 2012, a recolha de testemunhos de antigos atores, tratando a informação pela história oral, procurando evidenciar aspetos mais relevantes, quer laborais, quer sociais, dando a conhecer os processos e técnicas de trabalho, interpretar o saber-fazer associado à extração e transformação

ou mudanças tecnológicas neste sector. Foi ainda dada importância à informação recolhida sobre as condições de trabalho, sindicalização e segurança no trabalho, como elementos importantes do património imaterial.

A presente comunicação procurar evidenciar um trabalho de investigação em história oral, o seu progresso, salvaguardando a memória dos indivíduos, das comunidades ligadas ao setor mármore, registadas nas transcrições das entrevistas individuais sobre os saberes e vivências profissionais como contributo para o reconhecimento e transmissão deste património imaterial.

Armando Quintas é doutorado em História pela Universidade de Évora (2021), Mestre em Gestão do Património Cultural e Industrial pelas Universidades de Paris I, Évora e Pádua (2012) e Licenciado em História Património Cultural (2008). Tem desenvolvido estudos de património e investigação histórica em torno dos mármore do Alentejo, sendo autor de vários artigos científicos e capítulos de livro.

O património imaterial da antiga armação de pesca do atum da praia do Barril, Santa Luzia (Tavira)

Brígida Baptista

NOVA FCSH, Universidade Nova de Lisboa

A pesca histórica do atum na região do Algarve teve uma importância crucial para a implantação e desenvolvimento das atuais comunidades piscatórias. Esta pesca, com vestígios, pelo menos, desde a Idade do Ferro, manteve-se praticamente de forma ininterrupta até à década de 70 do século XX. Os testemunhos do património material e imaterial de época contemporânea, são ainda identificáveis ao longo da costa algarvia de forma significativa. A Lais de Guia – Associação Cultural do Património Marítimo trabalha desde 2015 na salvaguarda e valorização do património imaterial da antiga comunidade piscatória da armação de pesca da Praia do Barril. Dedicada à recolha de testemunhos dos antigos pescadores e seus familiares que atualmente residem na vila piscatória de Santa Luzia, Tavira, a Lais de Guia conta já com um importante acervo de informação oral e visual. No caso concreto da “Armação do Barril ou Três Irmãos”, que decorre nesta praia entre 1841 e 1966, iniciamos ainda em 2014, através do Núcleo de Património Marítimo da Junta de Freguesia de Santa Luzia, um conjunto de atividades para identificar pessoas que tenham trabalhado e vivido nesta armação. Com a criação da Lais de Guia em 2015, este trabalho exponenciou-se, unindo a investigação histórico-arqueológica à recolha etnográfica e antropológica. Através da recolha dos nomes dos antigos intervenientes nesta atividade foi possível reunir de novo os elementos ainda vivos, cerca de 50 anos depois

da atividade ter terminado, em sítios comuns dos quotidianos desta armação, permitindo reavivar memórias e a troca de histórias e experiências. Unindo estas histórias na primeira pessoa à investigação criamos a “Rota do Atum-Barril”, com o objetivo de contar uma história diferente desta praia, repleta ainda de vestígios e de pessoas que sazonalmente aqui habitaram e trabalharam na já milenar pesca do atum. Nesta apresentação propomos assim divulgar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Lais de Guia em Santa, aliando a investigação à valorização do património imaterial e à memória coletiva da atividade piscatória do atum no Algarve.

Brígida Baptista é natural de Santa Luzia (Tavira). Licenciada em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Pós-graduada em Arqueologia Náutica e Subaquática pela Universidade Autónoma de Lisboa/Instituto Politécnico de Tomar. Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UN). Desenvolveu investigação sobre Tratados de Construção Naval dos séculos XVII/XVIII no CEMAR da Universidade Autónoma de Lisboa. Atualmente é doutoranda do CHAM – Centro de Humidades da FCSH e membro da Linha de Investigação de História Ambiental e o Mar, desenvolvendo investigação sobre a história da pesca do atum no Algarve. É também investigadora do projeto internacional “4-OCEANS: a história humana da vida marinha” da FCSH – Universidade Nova de Lisboa e presidente da Lais de Guia – Associação Cultural do Património Marítimo, trabalhando na valorização e salvaguarda do património marítimo.

Heranças comuns em diferentes culturas e geografias: o caso do património baleeiro dos Açores e Cabo Verde

Carmo Daun e Lorena

CRIA – NOVA FCSH, IN2PAST, Universidade Nova de Lisboa

Os arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde partilham um património marítimo comum que vai muito além da sua condição insular. A relação material e simbólica com o mar é, em muitos aspetos, semelhante, seja pelas atividades piscatórias, seja pelo modo como estas influenciam as comunidades em terra, forjando identidades locais profundamente arreigadas nessa insularidade e maritimidade. Não é, porém, sobre estas relações idênticas com o mar, sobejamente reconhecidas, que tratará esta comunicação, mas sim sobre outras menos evidentes, que tendem a esvanecer-se na memória coletiva.

No século XIX, os Açores e Cabo Verde, arquipélagos estrategicamente localizados nos cruzamentos das rotas marítimas, desempenharam um papel crucial na indústria

baleeira americana, que era, à época, uma das atividades comerciais mais proeminentes do mundo. Além de portos de escala, as ilhas serviam como bases de recrutamento de mão-de-obra. Cabo-verdianos e açorianos embarcavam, assim, numa viagem árdua, partilhando uma vida a bordo enquanto baleeiros “portugueses”.

Já no século XX, a baleação ganhou uma autonomia e especificidade próprias nos Açores, estabelecendo-se como uma atividade económica relevante. Mas com o fim da caça à baleia em 1986, a baleação foi convertida em património, ganhando inclusive forma de lei (Decreto Legislativo Regional n.º 13/98/A). Num primeiro momento, o património baleeiro foi encarado sobretudo na sua expressão material (embarcações, palamentas, fábricas, vigias, *scrimshaw*). Mas a par de artefactos e edifícios, existe também todo um acervo documental que deve ser igualmente considerado e preservado. Todavia, essa inventariação está ainda por fazer. Mas é imperativa, até porque permitirá aceder não só a eventos e factos passados, mas a imaginários e representações que moldaram igualmente a cultura baleeira regional. Nos Açores, existem várias estruturas museológicas dedicadas ao património baleeiro mas estão particularmente vocacionadas para a sua vertente material e para uma narrativa regional centrada sobretudo no século XX.

Hoje, a baleação é um dos maiores recursos turísticos dos Açores. Turismo e património alimentam-se mutuamente e convocam o passado baleeiro, mas de forma seletiva e parcial. A história comum aos dois arquipélagos não tem destaque na narrativa patrimonial e turística.

Muito já foi feito, mas que políticas e práticas se podem ainda implementar para ampliar este património baleeiro, tornando-o simultaneamente mais fiel ao passado e mais aberto e renovado para o futuro? E, nesta reflexão, importa ainda problematizar outra dimensão, a da historicidade do património. Aquilo que hoje constitui o património baleeiro é encarado de forma muito distinta da que era aquando da prática da caça à baleia (quando não era considerada património). O que hoje se denomina de património ou tradição foi, à época, uma atividade viva, que passava por um conhecimento técnico e por um saber-fazer tradicional (como a manufatura de botes e velas) e também por outras práticas sociais (manifestações festivas e religiosas). O que aparece e desaparece quando emerge o património? De que forma os processos de patrimonialização contemporâneos simplificam processos históricos e culturais mais complexos? Como repensar a falsa dicotomia material/imaterial? Pode o património arquivístico abrir caminho para a necessária articulação entre património tangível e intangível?

Carmo Daun e Lorena é licenciada em Sociologia (2003) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, com mestrado em Antropologia Social e Cultural (2009) e doutorada em Antropologia (2018) pelo Instituto de Ciências

Sociais da Universidade de Lisboa. Investigadora contratada do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia (NOVA FCSH) onde desenvolve o projeto de investigação “WHAlands – Whaling Heritage in the Atlantic islands: America, the Azores and Cape Verde entangled by the sea (19th-21st centuries)”.

Sessão 6 / Session 6 | Sala / Room 124

Patrimônio cultural imaterial e sociedade / ICH and society

16:00 — 17:15

Gênero no patrimônio cultural imaterial brasileiro – políticas

Anita Mattes

Universidade de Joinville

As questões de gênero são comumente expressas, representadas, realizadas e constituídas no e por meio do Patrimônio Cultural Imaterial, manifestando-se em uma variedade de formas que vão muito além de uma simples dicotomia dualista homem/mulher. Essas configurações colocam em evidência a necessidade do conhecimento das dinâmicas de gênero nas políticas para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, pois muitas vezes é o “masculino” retratando uma história predominantemente centrada no homem, promovendo uma visão masculina do passado e do presente. Orientando, assim, um modelo de sistema hegemônico, racista e patriarcal, reduzindo e invisibilizando o papel fundamental dos coletivos femininos na produção e fruição do patrimônio imaterial.

Nessa linha, o objetivo da proposta a ser apresentada no Congresso Internacional é debater sobre como essas dinâmicas de gênero afetam as políticas de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil.

Para isso, realizou-se uma análise geral de todos os 49 dossiês patrimônios registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Bens Culturais Imateriais brasileiros e reconhecidos formalmente como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, e uma análise crítica quanti-qualitativa dos conteúdos expressos em sete deles, tendo em vista que se referem às práticas que envolvem diretamente e/ou são atribuídas às mulheres, tais como: o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, Ofício das Baianas de Acarajé, Modo de fazer Renda Irlandesa tendo como referência este Ofício em Divina Pastora/SE, Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá/TO, Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas/RS e Modo de Fazer Cuícas do Baixo Amazonas.

Os procedimentos de coleta, que conferem a pesquisa ser do tipo bibliográfica, desenvolveu-se através dos conteúdos disponibilizados nos dossiês provenientes dos Livros de Registro do Patrimônio Cultural Imaterial realizado pelo IPHAN. Os resultados das buscas foram sendo filtrados, por meio de uma leitura integral dos dossiês, sendo descartados aqueles que não estavam alinhados ao objetivo do presente artigo.

Os resultados indicaram que a eleição do que será preservado ou transmitido do patrimônio da sociedade brasileira não é um mero acaso, mas é realizada por meio de regras sociais apoiadas pelas hierarquias de gênero. A transmissão intergeracional que ocorre de pai/mãe para filho(a) reflete o papel da mulher na história e na cultura brasileira, que em culturas heteronormativas patriarcais nunca foram objeto de preferência da mulher, mas de imposição sociocultural por meio de uma divisão de funções femininas e masculinas. De forma singular, observamos que, embora as mulheres tenham um papel importante na transmissão do patrimônio cultural imaterial, isso não se traduz em acesso privilegiado a cargos ou papéis na sociedade, na comunidade ou mesmo no recinto familiar. Os casos analisados indicam uma sub-representação das mulheres no setor social, sempre relegadas a tarefas restritas ao âmbito doméstico. Nesse sentido, podemos entender o patrimônio como um processo por meio do qual nossas identidades, incluindo as identidades de gênero e o significado social e cultural, são construídos.

Nessa linha, a presente proposta busca destacar o papel da mulher ou como, em geral, elas são retratadas pelo patrimônio cultural imaterial brasileiro e pela sua respectiva política de salvaguarda. Pois, ao pensar sobre como as dinâmicas de gênero impactam o Patrimônio Cultural Imaterial, podemos entender esse patrimônio e suas políticas como um processo por meio do qual as nossas identidades, incluindo as identidades de gênero e o significado social e cultural, são mediados e trabalhados.

Anita Mattes é doutora em Direito pela Université Paris-Saclay, Paris, França. Mestre em Direito Internacional pela Université Paris-Saclay, Paris, França e também pela Université Panthéon-Sorbonne Paris. Fellow Visitor Program e Cultore della materia em Direito Internacional pela Università Bicocca, Milão, Itália. Pesquisadora do Centre d'Étude et de Recherche em Droit de l'Immatériel (CERDI/Saclay). Conselheira Fiscal do Instituto Brasileiro de Direitos Culturais – IBDCULT. Advogada.

La recuperación (léxica) del patrimonio técnico y científico de la Hispanoamérica colonial y republicana: el proyecto CORDICTAM (Corpus Diacrónico de la Ciencia y la Técnica Americanas)

Mario S. Corveddu e José Luis Ramírez Luengo

Università degli Studi dell'Insubria; Universidad Complutense de Madrid

A pesar de la existencia ya de algunos estudios (entre otros, Frías, 1998; Torres Montes, 1998; Torres, 2001; Gómez de Enterría, 2014), no cabe duda de que el estudio diacrónico del léxico americano sobre la técnica y la ciencia persiste aún como una

tarea poco investigada, lo que imposibilita - o al menos dificulta - el mejor conocimiento de los procesos históricos que dan como resultado la situación que, respecto a estos saberes, se descubre hoy en día en el continente. Aunque son muchos los factores que explican esta situación, no cabe duda de que uno de los más importantes lo constituye la falta de corpus que concentren y pongan a disposición de los investigadores un conjunto documental caracterizado por su desconocimiento, su dispersión y las dificultades de todo tipo que supone acceder a él.

Así las cosas, el presente trabajo pretende dar a conocer el proyecto *CORDICTAM* (*Corpus Diacrónico de la Ciencia y la Técnica Americanas*), que pretende constituir una solución a los problemas que se acaban de plantear; con este propósito, se presentarán los objetivos del corpus y su ámbito de interés geográfico, cronológico y temático, para después presentar y discutir las decisiones que se han tomado en relación con cuestiones intrínsecamente filológicas (los criterios de edición de los textos), pero también tecnológico, en este caso centradas en las características que debe presentar la plataforma digital, los metadatos que se van a ofrecer al usuario y las herramientas de búsqueda que se pretenden implementar.

El objetivo final, en definitiva, no es otro que aprovechar la presentación de un proyecto como este, aún en su fase inicial, para reflexionar sobre las estrategias que se deben desarrollar para lograr una mejor y más efectiva recuperación de las huellas históricas que, desde el punto de vista lingüístico, conforma el patrimonio inmaterial que representan los saberes técnicos y científicos de Hispanoamérica.

Mario S. Corveddu es investigador de Lingüística española en la Università degli Studi dell'Insubria (Italia). Miembro de la Red Temática "Lengua y Ciencia", sus líneas de investigación abordan la lexicología y la lexicografía diacrónica, tanto en área hispánica como hispanoamericana y la historia de la traducción científico-técnica. Actualmente sus estudios se centran en la reconstrucción y análisis del léxico cubano de la esclavitud.

José Luis Ramírez Luengo es doctor en Filología Hispánica y trabaja ahora en la Universidad Complutense de Madrid (España), tras hacerlo antes en otras universidades de España y México. Es académico correspondiente en las Academias Mexicana, Hondureña y Guatemalteca de la Lengua, así como honorario en la Ecuatoriana. Su investigación se centra en la historia de la lengua española en América, así como el contacto histórico del español con el portugués y la configuración de la ortografía moderna.

O Galo de Barcelos: um objecto, muitas histórias

Carla Ribeiro

Instituto Politécnico do Porto; CITCEM, Universidade do Porto

Esta comunicação trata do Galo de Barcelos, motivo popular do figurado desta região, chegando mesmo a constituir, no conjunto das representações de animais domésticos (bois, porcos, equídeos, galinhas...), a peça predominante. Propõe-se um estudo cruzado entre a etnografia e a prática histórica, de carácter predominantemente teórico e documental. Em termos metodológicos, optou-se pelo estudo de caso, recorrendo-se à análise do discurso como método de análise de informação. Procura-se com este ensaio: abordar a evolução estilística e técnica porque passou esta peça de olaria – de brinquedo de criança, feito à mão, a grande, colorido e produzido na roda de oleiro, vendido nas feiras locais e regionais – destacando as personagens e os contextos históricos que foram responsáveis por essas mudanças; mostrar como perdeu a sua conotação original e ingénua, transformando-se em ícone maior do turismo nacional, objeto de *merchandising* e *souvenir* turístico, bem como peça de design, em anos mais recentes; perceber como foi meio para a transformação da “portugalidade” em objeto de consumo. Parte-se da tese de que o Galo de Barcelos funciona como um exemplo de identidade fluida, de constante ressignificação, mediante os diferentes contextos. Um objeto que remete para conceitos de tradição e de modernidade, para o passado e para o presente, que nos situa tanto na cultura popular como na cultura erudita. Um objeto que persiste no nosso imaginário coletivo e permite a renovação do diálogo entre Nós e os Outros.

Carla Ribeiro é doutora em História (Cultural Contemporânea) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a tese “Imagens e representações de Portugal. António Ferro e a elaboração identitária da Nação”. Pós-Doutorada pela mesma instituição, com o trabalho “SNI e SEIT (1944-1974): a história de uma instituição do Estado Novo”. Com Pós-Graduação em Património Cultural Imaterial pela Universidade Lusófona. Investigadora no CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, da Universidade do Porto, e no InED - Centro de Investigação e Inovação em Educação, da Escola Superior do Politécnico do Porto. Professora-Adjunta na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. As principais áreas de investigação inserem-se no quadro da História cultural contemporânea: políticas e organismos culturais dos regimes autoritários/totalitários, com enfoque no caso português, cinema português e turismo no Estado Novo, estudos folcloristas portugueses nos séculos XIX e XX, em ligação com as questões de identidade nacional. Tem publicado diversos artigos nestes campos.

Sessão 7 / Session 7 | Anfiteatro 131 / Amphitheatre 131

Património do Mediterrâneo / Mediterranean heritage

17:30 — 18:45

Património Cultural Mediterrânico: podemos falar de um conceito?

Sónia Bombico

UNIMED; CIDEHUS, Cátedra UNESCO em Património Imaterial,
Universidade de Évora

O objetivo desta comunicação é discutir o conceito de “Património Cultural Mediterrânico” (PCM). Podemos, de facto, falar de um conceito? Este surge na literatura académica? Podemos adjetivar o património cultural da região mediterrânica, como “mediterrânico”? Terá ele características específicas ou podemos apenas cingir-nos a uma denominação estritamente geográfica e falar de Património Cultural do Mediterrâneo ou, por outro lado, de Património Cultural no Mediterrâneo?

Propomos uma análise crítica ao tema, a partir da apresentação do estado da arte, e tendo em consideração o posicionamento central do PCM entre duas áreas de estudo – A História do Mediterrâneo e os Estudos Mediterrânicos. Serão apresentadas linhas interpretativas que permitam uma leitura interdisciplinar e integrada do PCM, a partir das quais se possa clarificar a definição deste conceito.

Uma pesquisa simples no *Scopus*, no *Web of Science* e no *Google Scholar*, talvez a maior plataforma de pesquisa de artigos científicos e literatura académica, utilizando os termos “Mediterranean Cultural Heritage”, resulta na identificação de um tópico que se destaca – a Dieta Mediterrânica, inscrita na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da UNESCO, em 2013. Curiosamente, na maioria dos casos, essas publicações abordam o tema na sua vertente nutricional ou dos padrões de adesão e consumo, e não na perspetiva cultural. A pesquisa permite identificar, também, um número considerável de literatura científica dedicada aos seguintes temas: Património Cultural Subaquático; Património Arqueológico, principalmente o relacionado com as civilizações clássicas da Antiguidade; e paisagens culturais tradicionais do Mediterrâneo.

Se adicionarmos à análise uma leitura a partir das listas da UNESCO, verificamos que a maioria dos bens classificados corresponde a sítios arqueológicos ou a património edificado diretamente relacionado com a História do Mediterrâneo. Se, por outro lado, tivermos em consideração a lista do Património Cultural Imaterial resultam da pesquisa cinco elementos diretamente relacionados com o Mediterrâneo que se

relacionam com a produção agroalimentar, respetivas paisagens produtivas e agroecossistemas, suscetíveis de serem indiretamente associados à dieta mediterrânica.

É igualmente observável, a partir da leitura da produção científica e da lista de projetos europeus, financiados dos últimos 10 anos, um aumento do interesse por parte dos investigadores na análise desses “patrimónios” da perspectiva da sua gestão sustentável, da sua importância para o turismo cultural e para o desenvolvimento sustentável da região mediterrânica. Prolifera, também, a produção científica sobre a digitalização do património cultural. A abordagem destes temas é, naturalmente, resultado das agendas estratégicas europeias e globais que se tem focado nos ODS, nos últimos anos.

A própria noção de património terá tido origem no Mediterrâneo. Os grandes museus arqueológicos europeus foram criados a partir de coleções de artefactos das civilizações mediterrânicas. Duas cidades mediterrânicas foram o palco para a assinatura das primeiras convenções internacionais para a proteção e conservação de monumentos e sítios – Atenas (1931) e Veneza (1964). Nesta sequência, analisaremos as políticas e as iniciativas europeias para a salvaguarda do PCM.

Seguidamente, consideraremos as principais ameaças ao PCM, de entre as quais, segundo a bibliografia disponível, se destacam as alterações climáticas, a pressão turística e as alterações demográficas.

Por fim, propomos que o estudo do PCM deve, necessariamente, partir do pressuposto de que este é um património partilhado, com fronteiras geográficas dinâmicas, que resulta de uma construção baseada na diversidade cultural do Mediterrâneo, fruto das distintas sociedades que o habitaram e ocuparam. O Mediterrâneo foi e é espaço de trânsito e intercâmbio cultural. O PCM é, por isso, na sua essência um património permeável que na longa duração se foi tornando comum, especialmente se tivermos em conta que, ao longo da História do Mediterrâneo, diferentes culturas, religiões e credos conviveram nas mesmas realidades espaciotemporais, felizmente algumas vezes de forma pacífica.

Sónia Bombico é Investigadora na Universidade de Évora, integrada no CIDEHUS (Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades) e colaboradora no MED (Instituto Mediterrânico para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento). É membro da Cátedra UNESCO em Património Cultural Imaterial e Saber-Fazer Tradicional da Universidade de Évora, diretora executiva do Office UNIMED da mesma universidade e vice-diretora do CIDEHUS. É licenciada em Arqueologia pela Universidade de Coimbra (2005), tendo prosseguido os seus estudos pós-graduados na área da Arqueologia Marítima Mediterrânica na Universidade de Barcelona (2008). É mestre em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural pela Universidade de Évora (2011) e doutorada em História (2017) pela mesma universidade. Desenvolve

investigação nas áreas da Arqueologia Romana e do Património Cultural Mediterrânico.

The Mediterranean Diet: a multifaceted intangible cultural heritage and its relationship with tourism

Alexandra Rodrigues Gonçalves

Universidade do Algarve

UNESCO defines the Mediterranean Diet (MD) as Intangible Cultural Heritage of Humanity. Since 2013, supported by the sustainability of knowledge and practices, universal recognition and the diversity of regional customs, a common food matrix and lifestyle based on the resources of the land and the sea leads the scenery for tech-inspired processes in tourism-based research. Within the international EU-funded iHERITAGE project, (B_A.2.1_0056), the framework follows the premise of technological growth, development, and innovation delimited by brand strategies for the affirmation and better knowledge of intangible realities, within the Mediterranean Basin. Through this, the research determines the outline of the MD connection to the community over generations, whilst morphing storytelling and tourist routes with the ongoing development of an iHERITAGE MED DIET app. Within this aligned ground of virtual and augmented reality, the mobile application follows the user's perspectives (e.g., travel experiences, impressions, emotions, special moments, and opinions) contributing to the hospitality and tourism stakeholders' attractivity, promoting as well, local services, cultural experiences, the history of the regional landscape, the sense of identity and continuousness of traditional knowledge. The definition of these actions creates an online reputation that can be used as a monitor for the improvement of socio-cultural experiences, whilst also generating a path towards an interdisciplinary framework. Here, transcultural subjects such as sustainability and heritage are featured and instantly recognizable through unique and authentic stories of rural daily life, like the history of olive oil and how urban areas are highlighting the Mediterranean Diet in contemporary issues. The methodological approach is developed through the analysis and interpretation of a detailed list of references, fieldwork in a plurality of sites, contextual inquiries, on-site observation, and non-structural interviews. As a powerful tool for internet marketing and research, iHERITAGE MED DIET reinforces identity, promoting the rise of technological development and the decrease of environmental and ecological risks, whilst recognizing a millennial cultural, healthy, and historic gastro-model, that helps hospitality and tourism differentiation.

Alexandra Rodrigues Gonçalves is Assistant Professor at the University of Algarve, School of Management, Hospitality and Tourism, where she teaches since 1997. She is an Integrated Researcher at CinTurs – Research Center for Tourism, Sustainability and Wellbeing for the areas of Tourism, Territory, Heritage, Cultural Management and Creative Industries. She holds a PhD in Tourism from the University of Évora (2013), a Master's Degree in Cultural Management from the University of Algarve (cooperation with the University of Paris-8, Sorbonne) (2002), a postgraduate degree in Cultural Heritage Law from the Faculty of Law of the University of Lisbon (2016), and a Degree in Marketing (1997). She held the position of Regional Director of Culture for the Algarve from 2013 to 2018; she was a member of the Faro City Council between October 2009 and October 2013, responsible for culture, tourism, social action, the economy and health. She has published research in the areas of tourist and cultural experience, cultural and creative tourism, management of cultural heritage and museums, event evaluation, among others. She coordinates projects in the area of tourism, culture and sustainability, and other projects in the areas of creative industries and entrepreneurship. Since October 30, 2019, she is the Director of the School of Management, Hospitality and Tourism of the University of Algarve.

The wanderings of the Mediterranean Diet: from gastrodiplomacy to food tourism

Marco Romagnoli

Université Laval

Wandering for the Mediterranean and far beyond, the Mediterranean diet is said to embody the essence of the Mediterranean lifestyle. This *díaita* – in ancient Greek means “way of life” – is one of the first food heritages inscribed on UNESCO Representative List of Intangible Cultural Heritage (in 2010). A true anthropological and heritage *unicum*, the Mediterranean diet has not ceased to reward those who practice it in terms of longevity, health and pleasures at the table.

The problem arises when one tries to identify to which communities, practices, techniques and to which foods it is attached: a nebulosity – both terminological and in terms of the heritage management of the element (and thus of its safeguarding) – is significant. In other words, its “heritage perimeter” is not clear. During my ethnographic fieldwork in Cilento (Italy), Soria (Spain) and Marseille (France), I tried to understand the attachment to this protean heritage of the inhabitants of these places,

the institutional representatives of the structures (in)directly related to the Mediterranean diet, as well as tourists visiting these destinations.

Representing a new culinary-scape and (supra)national gastrodiploacy, the Mediterranean diet breaks free from the physical borders of the Mediterranean basin to emigrate and become a nutritional model, a methodology for sustainability and a laboratory for companionship. Like the cultural routes which are unifying instruments and carriers of exchanges and sharing between places, the Mediterranean diet unites in a divisive world: it would be the bearer of a great diversity both biological (as a physical space) and cultural (as a state of mind). Constructed by scientists and led by institutions, what is the value conferred on the Mediterranean diet by its practitioners, how is it perceived or mobilized by the authorities promoting it, and finally, how does it develop into a touristic product?

The passe-partout mobility of the Mediterranean diet makes it one of the densest “wander food heritages”. Its potential, without neglecting the harmful effects, could be enormous in terms of raising awareness of quality food for all, to the importance of human relations to counter digitizing dehumanization, as well as to a space where traditions are constantly renewed. A real protean route, its conceptual archipelago is made up of elements from the medical-nutritional, agro-food and socio-cultural spheres. And it is in this order of ideas that I will present the results of my research.

Marco Romagnoli is a doctoral student in ethnology and heritage at Université Laval in Québec (Canada). Interested in the Other, he studied languages, tourism, psychology and anthropology. His research focuses on intangible heritage, UNESCO food heritage, the Mediterranean diet, cultural and mass tourism.

Sessão 8 / Session 8 | Sala / Room 124

Salvaguarda e valorização do saber-fazer tradicional I / Safeguarding and valorisation of traditional know-how I

17:30 — 18:45

O Programa Nacional Saber Fazer

Maria João Ferreira e Ana Botas

Direção-Geral das Artes

Por iniciativa da área governativa da Cultura, foi definida em 2019 a Estratégia Nacional para as Artes e Ofícios Tradicionais em Portugal, contendo os eixos e linhas orientadoras do que veio a dar origem em 2020, ao Programa Saber Fazer, criado através da Resolução de Conselho de Ministros 89/2020, de 19 de outubro. O Programa tem como um dos seus postulados a aposta nas artes e ofícios como meio de promover a identidade própria do saber fazer português, potenciando o seu impacto cultural, social e económico, e apresenta como quatro grandes domínios de atuação a preservação, educação, capacitação e promoção.

Para a sua fase de implementação prevista para o período de 2022-2025, conta com o financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), tendo sido atribuída à Direção-Geral das Artes, a responsabilidade da sua execução, passando a ter sob a sua responsabilidade alargar a sua vocação às artes e ofícios tradicionais, a par das Artes performativas, como o Teatro, Música, Dança; e dos Cruzamentos disciplinares, contribuindo para reforçar a sua contemporaneidade e importância no mundo atual.

É desta forma que a Direção Geral das Artes se associa ao universo de todos os agentes que atuam no setor das artes e ofícios de matriz ancestral, desde artesãos, associações de desenvolvimento local, entidades ligadas ao ensino profissional, municípios a unidades de investigação, entre outros.

Se por um lado se trata de um setor que carece de políticas de apoio direcionadas, fragilizado pelo declínio acentuado de artesãos em alguns saberes, descontinuidade na passagem de conhecimento e de pouca sustentabilidade económica para muitos; por outro, também coexistem um elevado número de iniciativas de impulsionamento e reativação, com aumento no número de artesãos. Os mecanismos de patrimonialização também têm contribuído para a visibilidade e valorização do saber-fazer tradicional, acompanhados da sua potenciação turística e económica.

Coloca-se como grande desafio do Programa Nacional Saber Fazer definir a sua relevância através do trabalho em rede e de forma colaborativa com todos os que

atuam no sector com competências, experiência e conhecimento consolidados; apoiando-se igualmente na investigação produzida nesta área, promovendo novos desenvolvimentos; caminhando conjuntamente na identificação e implementação de medidas para a salvaguarda e desenvolvimento sustentável da produção artesanal tradicional.

Maria João Ferreira é doutoranda em Belas-Artes – Escultura pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, mestre em Estudos Curatoriais pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, em parceria com o Centro de Arte Moderna Fernando de Azeredo Perdigão, Fundação Calouste Gulbenkian e licenciada em Escultura pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Entre 2020 até 2022 desempenhou funções no MUDE – Museu do Design e da Moda (Lisboa), com destaque para coordenação de produção e montagem de exposições, investigação e assessoria de curadoria. Desde outubro de 2022 assume a coordenação do grupo de trabalho do Programa Nacional Saber Fazer Portugal.

Ana Botas é mestre em Museologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e licenciada em Antropologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa. Entre 2002 e 2022 desempenhou funções no Museu Nacional de Etnologia, com destaque para as áreas do inventário, documentação e gestão de coleções; na programação e realização de ações de mediação; produção e montagem de exposições e coordenação executiva de edições. Desde outubro de 2022 faz parte da equipa técnica do Programa Nacional Saber Fazer.

Fantasia e realidade: confronto de dois mundos no quotidiano de Júlia Côta

Carla Sofia Ferreira Queirós

Escola Superior de Educação, Politécnico do Porto

Nascida no seio de uma família minhota de oleiros, neta de João Domingos da Rocha, vulgarmente conhecido por Domingos Côto, e filha de Rosa Faria da Rocha ou simplesmente, Rosa Côta, oleiros de roda, Júlia Côta é, desde há muito, uma das maiores figuras da arte popular portuguesa.

Surpresa e espanto definem o imediato impacto que temos no primeiro contacto com o mundo material de Júlia. Um mundo, onde a criatividade desafia a nossa imaginação, transpondo fronteiras, indo de encontro à irracionalidade, obrigando-nos

a mergulhar nos nossos medos e fantasias de criança. Uma experiência sensorial, ou mesmo extrassensorial, que vai muito além da realidade. Uma explosão de cor, de tamanhos, de figuras humanas e animais e do bestiário, que todos os dias nascem das suas mãos e da sua crença/descrença/vivência, num ato compulsivo de criatividade, inexplicável, nas suas palavras, que a impelem a criar, estabelecendo um diálogo constante com as suas criações inspiradas no quotidiano rural minhoto que a envolve. Fé e crenças populares, sagrado e profano, pecado e santidade são retratados pelas mãos de Júlia Côta com o mesmo primor e fantasia, mostrando-nos figuras que roçam o burlesco, nomeadamente, as femininas, ou “bonecas” como lhe chama, ora esguias, ora redondas, e diabos e diabas numa desarmónica sintonia e sinfonia de cores e formas.

Simples, direta, bem-disposta e de sorriso fácil e rasgado, emociona-nos com as suas histórias que marcam a sua já longa idade, atestando a importância de toda a sua obra e de gerações de oleiros que tão bem marcaram um modo de vida de uma comunidade do nosso país e que acabaram por definir os passos de alguns descendentes, mas que, não tendo que fazer do barro, como Júlia fez, um modo de vida e de sustento da família, acabaram por relegar este ofício, em troca de outro tipo de atividades, perdendo-se todo um saber-fazer e técnicas tradicionais que, aos poucos, vão sendo substituídas por novas, a começar pelo material, o barro, e os fornos.

Apesar de estar estabelecida e certificada uma Rota do Figurado de Barcelos continuamos a depararmo-nos com pouca informação no que toca aos métodos tradicionais e aos testemunhos, em primeira mão, da diversidade criativa dos destes oleiros, e de um glossário que deveria acompanhar este tipo de arte popular do norte de Portugal.

Carla Sofia Ferreira Queirós é licenciada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1994), mestre em História da Arte em Portugal (FLUP, 2001), doutora em História da Arte (FLUP, 2007). Professora Adjunta Convidada da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. Investigadora Integrada no CITCEM no grupo de investigação Património Material e Imaterial. Autora de várias publicações e comunicações em conferências, seminários e colóquios nacionais e internacionais.

Le savoir-faire jardinier lié à la culture des orangers d'ornement dans les grands domaines historiques européens, un patrimoine culturel immatériel?

Stéphanie Barioz Aquilon

Inventaire du Patrimoine, France

Les plus grands domaines patrimoniaux européens présentent des ensembles bâtis articulés à des jardins dans lesquels les jardiniers conservent des formes et des végétaux depuis des siècles grâce à des savoir-faire à la fois durables, évolutifs et adaptatifs: création de parterres, fleurissement, art topiaire, culture des plantes hors-sol... L'exemple de la culture des orangers d'ornement hors-sol permet de développer les problématiques d'un savoir-faire jardinier historique au XXI^e siècle.

Problématiques: Le savoir-faire lié à la culture des orangers est à la fois empirique et intellectuel, développé et perfectionné parallèlement aux traités écrits par les plus grands érudits et responsables jardiniers à partir de la seconde moitié du XVII^e siècle et jusqu'au début du XX^e siècle dans toute l'Europe, en France, en Allemagne, aux Pays-Bas, en Angleterre, en Italie...

À la mode pendant des siècles, l'oranger d'ornement a été un indispensable attribut des jardins royaux. Dans ces grands jardins devenus des jardins publics aujourd'hui, cette culture joue aussi un rôle politique, économique et social. Malgré l'évolution des régimes, la transformation des jardins, les contraintes matérielles et économiques, la culture des orangers d'ornement subsiste au XXI^e siècle. Dans le contexte du réchauffement climatique et de la nécessité du développement durable, de l'attrait pour la nature et les jardins historiques, mais aussi de la massification du tourisme et des contraintes budgétaires, que représente le savoir-faire jardinier lié à la culture des orangers d'ornement des grands domaines patrimoniaux européens? Comment et pourquoi le conserver sans contraindre ni sa durabilité, ni son évolution et son adaptation permanente aux problématiques environnementales, patrimoniales et esthétiques?

Comment se transmet-il en Europe? Dans quel cadre le faire connaître à tous? Pourquoi pourrait-il être reconnu comme patrimoine culturel immatériel? La question de la prise de conscience par la communauté-support se pose aussi.

Méthodologie: on définira les éléments du sujet (savoir-faire; jardiniers, orangers d'ornement, orangeries). On enrichira la bibliographie critique. On dressera un état de l'art actualisé des travaux et des initiatives sur les savoir-faire jardiniers. On établira un corpus des domaines présentant des orangers d'ornement. On montera une grille d'entretien avec les acteurs directs et indirects du savoir-faire.

Dans un premier temps, on examinera la question au prisme de la reconnaissance de l'inventaire national du patrimoine culturel immatériel en France. Dans un second temps, on confrontera les problématiques européennes avec les valeurs universelles du patrimoine culturel immatériel reconnu par l'Unesco.

Cette présentation, alimentée par des recherches personnelles et des entretiens avec les acteurs européens, invite à la réflexion et surtout au débat sur un savoir-faire

jardinier qui, sans être menacé, est peut-être en perte de vitesse et de sens pour certains, tout en restant bien identifiable pour la majorité des publics.

Stéphanie Barioz Aquilon est historienne de l'art, attachée de conservation du patrimoine, chargée de mission Inventaire du patrimoine, PETR Pays Vallée du Loir, en convention avec la Région Pays de la Loire. Elle est diplômée du master Jardins historiques Patrimoine Paysage (ENSA Versailles/CY Paris Université, France) depuis 2021.

3

N O V.

Sessão 9 / Session 9 | Anfiteatro 131 / Amphitheatre 131

Listas e inventários do PCI / ICH lists and inventories

9:00 — 10:30

Keeping the National Inventory of Intangible Cultural Heritage up-to-date. A comparative study of 8 European countries

Mark Schep

Dutch Centre for Intangible Cultural Heritage

Inventorying heritage within a specific (geographical) location is one of the key elements of managing cultural heritage (Myers, 2016). In the Netherlands, the Dutch Centre for Intangible Cultural Heritage (KIEN) is responsible for the implementation of the 2003 Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage of UNESCO. One of the main tasks is to make a national inventory. Article 12 of the 2003 Convention states that inventories should regularly be updated. This process of updating the inventory can be understood in different ways. For example, the focus of KIEN is on the evaluation of the safeguarding plan and safeguarding actions of the communities; this means that each community on the National Inventory needs to self-evaluate their safeguarding plan every three years and update it with new safeguarding actions. The communities fill in a questionnaire in which they reflect on the past period and look ahead to the coming years. This is followed by a conversation (60-90 minutes) with one of the staff members of KIEN. The main goal of KIEN is to promote a continuous process of reflection in order to stimulate the safeguarding of the ICH. However, there are some challenges and questions around this process of updating. First, is this method the best way to support the safeguarding? As David Myers (2016) argues, if you want inventories to be effective tools, the information contained within them should be kept up-to-date; key information, for example, is where the heritage is, whether it still exists or changed significantly. Are we asking the right questions? Second, the number of communities in the National Inventory keeps growing, currently there are over 200 elements of ICH inscribed. Consequently, one of the challenges for KIEN is the manageability of the Inventory. The organisation of the process and the conversations are time consuming. More important, taking the perspective of the communities, Valdimar T. Hafstein (2018) warns for the bureaucratization of heritage and unwanted consequences of listing processes such as (unwanted) transformation and appropriation. Is this process of updating fit to the needs and capabilities of the communities? What do they gain from it? In order to answer these questions, we research how seven other European countries make their national inventory and how they update their inventory(ies). The main question of this paper is: how can KIEN

organize the process of updating the inventory effectively in a way that stimulates safeguarding and empowers the communities? For this reason, seven in depth semi-structured online interviews were held with colleagues from Austria, Belgium, Finland, Germany, Latvia, Spain, and Sweden. Furthermore, the procedure of KIEN is evaluated with the staff members who coordinate updating process, as well as feedback of communities on the procedure. In this paper we will compare the working methods and approaches of the different countries regarding inventorying and updating. These insights will be used to reflect on how KIEN could adapt the updating procedure, fitting the needs of the communities, and in line with the UNESCO principles and articles of the convention.

Mark Schep is educated as a social psychologist and cultural historian at Utrecht University. In 2019 he obtained his PhD at the University of Amsterdam with the dissertation "Guidance for guiding. Professionalization of guides in museums of art and history". Currently Schep is a researcher at the Dutch Centre for Intangible Cultural Heritage and a lecturer at the Reinwardt Academy for Cultural Heritage. His research focuses on migrant heritage, identity, and the process of inventorying ICH.

Inventories and participation: safeguarding intangible cultural heritage in Italy and France

Thiago Burckhart

UNESCO Chair on Intangible Cultural Heritage and Comparative Law",
University of Rome Unitelma Sapienza

The enactment of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage by UNESCO in 2003 carved out a new legal and political paradigm in the field of ICH safeguarding across the globe. It established several elements that are particularly relevant and legally-binding for the state parties, such as the obligation to provide for one or more inventories of intangible cultural heritage, in order to ensure the identification of national ICH (article 12); and the obligation of state parties to guarantee the widest possible participation of communities, groups and individuals who create, maintain and transmit the ICH (article 15). Participation dynamics occur in two different moments of the safeguarding process: first, during the "recognition" of a cultural practice by the state, which is carried out by its register in a national inventory; and second, in the course of the safeguarding measures implementation regarding the ICH already recognized and declared as such. However, it is notable that each national experience assimilates the Convention provisions in different manner, in dialogue with their respective legal and political cultures, as well as with each

corresponding institutional tradition in the field of cultural heritage protection in general. In this regard, the comparative analysis concerning distinct national experiences of ICH safeguarding practices is of great relevance in such a way as to enrich the understanding of each legal system effectiveness. The cases of Italy and France are particularly interesting to analyze in this context. These are two countries that overhauled national political and legal systems soon after ratifying the 2003 UNESCO Convention, in 2006. Despite of that, France and Italy took different paths when it comes to its enforcement: France adopted a National Inventory for the recognition of ICH, whilst Italy so far adopted two sectoral inventories for this propose, which related to the functions of the Ministry of Agriculture. Regarding participation dynamics, both countries have governance problems, but they have gradually opened up its institutional framework towards the assurance of community-based participation, by the means of civil society associations. Taking this into consideration, this article aims to comparatively analyze the protection of intangible cultural heritage between France and Italy. It focuses on national public policies and legal measures in the field of inventories and participation of groups, communities and individuals. The hypothesis state that the sectoral fragmentation of inventories, as occurs in Italy, undermines the effective guarantee of a broad community-based participation, taking direct effect in its governance. The article is grounded on the field of comparative public law, falling within a functional-structural perspective, and is divided into three parts: I – Inventory and participation: between text and context; II – Two models of inventories: Italy and France; III – Two models of participation: confronting Italy and France. The article concludes by pointing towards the need for each state to establish a national non-sectoral inventory for enhancing community-based participation within ICH safeguarding.

Thiago Burckhart is a member of the “UNESCO Chair on Intangible Cultural Heritage and Comparative Law”, University of Rome Unitelma Sapienza, Italy. Ph.D. in Comparative Public Law, from the University of Campania “Luigi Vanvitelli”, Italy.

O Inventário Nacional como instrumento de salvaguarda do PCI?

Marta Costa e Ana Saraiva

Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

Nas duas últimas décadas, Portugal registou avanços na área legislativa e na implementação de políticas públicas visando a legitimação, o estudo e a salvaguarda do denominado "Património Cultural Imaterial" (PCI).

Passados 15 anos sobre a ratificação por Portugal da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* da UNESCO e 14 sobre a publicação do decreto-lei que estabeleceu o regime jurídico de salvaguarda do PCI (decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de junho), importa refletirmos sobre um dos seus principais instrumentos operativos – o Inventário Nacional, com o objetivo de discutirmos criticamente o seu contributo para a implementação dos princípios da Convenção e para o conhecimento e salvaguarda do PCI.

A realização de um inventário do PCI não é um fim em si mesmo, mas um meio de documentação que auxilia na avaliação dos riscos a que as manifestações possam estar sujeitas e na identificação de caminhos que promovam a sua salvaguarda dentro dos contextos culturais em que essas ocorrem. Por outras palavras, esta etapa de trabalho visa servir como um instrumento de salvaguarda da manifestação em inventário.

Atualmente, o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (INPCI) é uma atribuição da Direção-Geral do Património Cultural, responsável por legitimar uma prática cultural enquanto património cultural imaterial e por definir e apoiar medidas de salvaguarda que visam a sua valorização e reprodução intergeracional.

Em 2011, era inscrita a primeira manifestação no Inventário Nacional. Em 2023, estão inscritas 45 manifestações, entre as quais sete consideradas de salvaguarda urgente, e que ocorrem em diferentes zonas do país. Tendo por base o acompanhamento ao longo dos últimos 12 anos deste conjunto de manifestações e respetivos processos de inventariação, bem como os relatórios periódicos da UNESCO, é agora oportuno refletir criticamente sobre a relação causa efeito entre o inventário nacional e a sua salvaguarda.

A diversidade de metodologias de inventariação, de medidas e planos de salvaguarda e de objetivos das entidades proponentes, tem suscitado várias interpelações sobre esta relação, nomeadamente:

- para que serve e a quem serve o INPCI: a relação entre os vários agentes envolvidos;
- o INPCI como o fim de um processo ("selo" / passaporte para a UNESCO) ou antes como ferramenta de estudo e motor para implementação de medidas de salvaguarda;
- o INPCI como instrumento de aproximação aos territórios e agentes, promotor de novas metodologias de trabalho colaborativas, e que se articulem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- como tornar os processos de inventariação mais colaborativos, com efetivo envolvimento e empoderamento dos detentores e praticantes das manifestações?

Estas são algumas das questões que sugerimos debater na comunicação aqui proposta.

Marta Costa é licenciada em Antropologia e com especialização em Património pela FCSH/UNL, atualmente é técnica superior na Divisão de Património Móvel e Imaterial da DGPC com responsabilidades no apoio técnico aos processos de inscrição do PCI no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Entre 2015 e 2021 foi técnica superior no Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa onde foi curadora das coleções etnográficas do Instituto de Investigação Científica Tropical e fez parte da equipa de coordenação do Núcleo de Exposições e Serviços Educativos. Entre 2004 e 2015 trabalhou no Instituto de Investigação Científica Tropical em vários programas de gestão e valorização das coleções históricas e científicas deste instituto. Entre 2002 e 2004 colaborou com a Câmara Municipal de Elvas, sob orientação técnico-científica do antigo Instituto Português de Museus, no inventário e estudo da coleção de transportes e alfaia agrícolas tendo em vista a constituição do Museu Rural de Elvas.

Ana Saraiva é doutorada em antropologia, mestre em museologia e património e licenciada em antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Chefia a Divisão de Património Móvel e Imaterial da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC); representa a DGPC como Ponto Focal Nacional para a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial – UNESCO; é representante nacional no Comité Diretor do Acordo Parcial Alargado para os Itinerários Culturais do Conselho da Europa e membro da Comissão de Certificação dos Caminhos de Santiago em Portugal. Chefiou a Divisão de Ação Cultural, Museus e Turismo no Município de Leiria, a Divisão de Ação Cultural no Município de Ourém e dirigiu o Museu Municipal de Ourém (museu RPM). Investigadora do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), com estudos nas áreas da arquitetura popular, contextos migratórios, transnacionalismo, património cultural e museus.

A salvaguarda do patrimônio imaterial: experiências de inventários e registros em um município brasileiro

Aniele Fernandes de Sousa Leão

Prefeitura Municipal de Contagem, Minas Gerais

A Salvaguarda do Patrimônio Imaterial é uma política pública executada de forma exitosa pela Prefeitura Municipal de Contagem, em Minas Gerais – Brasil. A Secretaria de Cultura – SECULT, a partir da Diretoria de Políticas de Memória e Patrimônio Cultural, está ampliando a realização de inventários e registros de quilombos, terreiros

e capoeiristas. O objetivo desse processo é garantir uma política de permanência e atenção para esses grupos, para que os trabalhos não se limitem ao governo atual e possam se tornar política pública do município. Todas as ações são desenvolvidas a partir de uma metodologia participativa, no qual os grupos recebem visitas presenciais em seus territórios e vão relatando suas histórias aos pesquisadores. Todos os relatos são gravados e transcritos, o que nos permite organizar um completo banco de dados sobre o patrimônio imaterial. Além da oralidade, a pesquisa desenvolvida também se utiliza de registros jornalísticos, fotográficos, atas de reunião, entre outros documentos. A investigação é ainda amparada por uma bibliografia de referência no campo da salvaguarda imaterial. Os profissionais envolvidos no processo realizaram curso de capacitação e estão em constante reunião avaliando o desenvolvimento e planejando as novas etapas do trabalho. Após a elaboração do dossiê, o material é submetido ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMPAC, que é o órgão responsável por avaliar e aprovar os inventários e registros. O COMPAC é um Conselho paritário, formado por membros da sociedade civil e do poder público, responsáveis por fiscalizar a política patrimonial do município e garantir os direitos dos patrimônios materiais e imateriais. Essa política pública desenvolvida no município de Contagem tem permitido que o patrimônio imaterial acesse seus direitos garantidos por legislações municipais, estaduais e federais, além de promover ações de difusão da memória e salvaguarda dos grupos. Ao longo dessa comunicação, iremos compartilhar nossas experiências de trabalho, bem como a metodologia desenvolvida e a avaliação coletiva sobre essas atividades. Nosso intuito é difundir uma experiência exitosa para colaborar com os trabalhos de inventário e registro que vêm sendo desenvolvidos por diferentes espaços patrimoniais.

Aniele Fernandes de Sousa Leão é graduada em História e em Pedagogia, mestre em Educação, possui MBA em Gestão de Projetos e cursa Doutorado em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Tem publicações de livros e materiais didáticos em diferentes temáticas no campo da educação e história. Atualmente ocupa o cargo de Diretora de Políticas de Memória e Patrimônio Cultural na Prefeitura Municipal de Contagem – Minas Gerais

Sessão 10 / Session 10 | Sala / Room 124

Paisagens culturais e património edificado / Cultural landscapes and constructed heritage

9:00 — 10:30

Patrimonio de la Humanidad: "Estancia Caroya". También una hipótesis de patrimonio intangible?

Susana Parés

Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

La Provincia de Córdoba, Argentina, alberga el "Conjunto Jesuítico" declarado Patrimonio de la Humanidad (UNESCO 2000); que incluye la Estancia de Caroya.

Caroya plantea desafíos: a) Identidad Cultural del sitio; b) Memoria Colectiva; y c) Patrimonio Intangible relacionado con la actividad vitivinícola en Caroya que es el objeto del presente y enmarcado en: la actividad agrícola desplegada por los jesuitas; los efectos de su expulsión en el siglo XVIII; las leyes de inmigración posteriores; el proceso familiar, doméstico, y regional de cultivo de la vid y la producción vitivinícola.

La actividad se industrializa y simultáneamente conserva una identidad que puede ser la génesis de Patrimonio Inmaterial, objeto del presente y se centra en la solidez que la producción vitivinícola tiene en la comunidad que constituiría el "perfil identificador" de la localidad y por otro lado en la convivencia que la producción doméstica tiene con la industrializada.

La Estancia Caroya, desarrolló desde sus inicios gran actividad agrícola, con etapas menos intensas, así se aquieta en el XVIII (1767), fecha de expulsión de los Jesuitas; pero conservándola hasta el siglo XIX en la memoria colectiva. La zona era promovida a los inmigrantes, como "... *feracísimos terrenos aparentes para multitud de cultivos y con **singularidad para viticultura**, cereales y tabaco, produciéndose fácilmente la morera...*".

La llegada de friulanos refuerza la actividad vitivinícola.

El examen particularizado de lo que ha sucedido con la llegada de los jesuitas, y la permanencia con mayor o menor intensidad de la producción vitivinícola brinda distintas etapas. Las familias que emigraron desde Europa traían en sus pertenencias algunas cepas de Friuli. El cultivo de la uva y la producción derivada tiene en la zona de Colonia Caroya y aledaños una particular simbología dado que constituye una señal de identidad, por la producción de la singular uva "chinche". El primer vino consumido

por los Reyes de España y que procedía de América, denominado "Lagrimilla" vino de una zona próxima. Hoy se produce como Vino de Misa.

Estas plantaciones de vid, fueron las primeras y más importantes asentadas en el actual territorio argentino durante la colonización. Hay constancias que en 1574, año siguiente al de la Fundación de Córdoba, ya se plantaron diez mil cepas de vid en la zona.

Se procura obtener la traza temporal de este cultivo desde 1574 hasta la fecha y verificar si la actividad vinculada con la vitivinicultura, es seña de identidad en la zona y además hay un paradigma para afirmar que existe un **Patrimonio Inmaterial o Intangible asentado en el cultivo de la vid**.

Subsidiariamente verificar si hay patrimonio industrial que genera dos situaciones de impacto económico y urbanístico, generado por el Turismo en la zona y el condicionamiento de este paisaje rural próximo a la ciudad en la zona del Camino Real y en una zona de llanura.

Importancia: *El derrotero del cultivo del vino en Caroya reconoce siglos y ha permanecido luego de la expulsión de los Jesuitas, interpela para que se avance en una profundización sobre un patrimonio cultural inmaterial y en su caso arbitrar los medios para su tutela.*

Susana Parés es doctora en Derecho y Ciencias Sociales. Profesora Adjunta Derecho Administrativo y Procesal Administrativo. Mención del Jurado de UBA (Argentina) "Discriminación y Holocausto" Primer premio Fundación Mitre. Protagonismo de los Discapacitados. Escritora premiada. Autora de Textos de Derecho.

Fricções da cortiça em Portugal: caminhos e escalas de investigação

Daniel Boa Nova

NOVA FCSH, Universidade Nova de Lisboa

Esta proposta de comunicação baseia-se na pesquisa de doutoramento do autor, que se encontra no primeiro ano de trabalho de campo. Neste Congresso Internacional pretende-se apresentar a maneira como a pesquisa foi desenhada originalmente e o que já se observou em campo até então, debatendo as problemáticas metodológicas e conceituais correlacionadas. O Congresso representa para este doutorando uma valiosa oportunidade para compartilhar achados, escutar opiniões críticas de outros investigadores, e incorporar novas perspectivas a uma investigação ainda em curso.

Trata-se de uma pesquisa etnográfica que, tendo a cortiça em Portugal como objeto de estudo, reflete sobre os significados de sustentabilidade e património na sociedade contemporânea. Quais significados de *sustentabilidade* e de *património* são percebidos ao se investigar etnograficamente a cortiça? É esta a questão de partida que a tese final buscará responder. Para tanto, as “etnografias de conexões globais” produzidas pela antropóloga Anna Tsing (2005, 2015, 2019) são os referenciais teóricos e metodológicos principais, de onde deriva o conceito de ‘fricções’ que intitula a proposta.

Com esta investigação pretende-se cumprir dois objetivos de fundo. O primeiro é perceber se e como os processos contemporâneos de criação de valor econômico (via industrialização) e simbólico (via patrimonialização) constituem paisagens socioecológicas condizentes com os desafios à sobrevivência humana que as alterações climáticas impõem. Através de uma etnografia multissituada (Marcus 1998) da cortiça, com observação participante em diferentes localidades em Portugal, a tese final deve descrever algumas das paisagens contemporâneas formadas pelas fricções entre capitalismo transnacional, sustentabilidade socioambiental e patrimonialização. Como convivem simultaneamente o legado da História moderna e as perspectivas de sobrevivência frente às alterações climáticas? Como são conjugadas memória e esperança, ruínas do passado e projetos de futuro? Como se articulam as escalas local e global, as percepções de ancestralidade e modernidade, os processos de comoditização e salvaguarda? São algumas das questões complementares pelas quais a pesquisa se desdobra.

O segundo objetivo de fundo é somar esforços a correntes científicas que trabalham para superar leituras dicotômicas e essencialistas da realidade, reproduzidas ainda hoje em teorias e políticas, visões de mundo e discursos, corações e mentes. As cartas e convenções internacionais sobre património, entre as quais a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO, reproduzem este paradigma moderno, na medida em que diferenciam categorias como natural, cultural, material e imaterial. Tendo em vista os debates no âmbito do que se convencionou denominar “estudos críticos do património”, ressalta-se que é uma escolha deste investigador não especificar apelidos categóricos como *natural* ou *cultural*, e filiações essencialistas tais quais *material* e *imaterial*. O que se está a considerar *patrimonialização* neste projeto são “(...) práticas selecionadas dentro de uma série de domínios que são dedicados a perpetuar “coisas” – que podem incluir ideias, palavras, objetos, lugares, espécies e pessoas (humanas e não humanas) – em futuros mais ou menos distantes” (Harrison et al 2020, 4). Ao des-diferenciar estes sub-territórios do património, pretende-se reproduzir a perspectiva constatada há já mais de década, de que “(...) a pesquisa no que podemos chamar de “era da mudança climática” força uma dissolução da distinção entre história natural e cultural” (Chakrabarty 2009, como citado em Harrison et al 2020, 6).

Por suas propriedades híbridas e justapostas que se apresentam em escalas diversas de observação (cortiça, sobreiros, montados, Portugal), justamente, a cortiça apresenta-se como um objeto de estudos eloquente para tais objetivos.

Daniel Boa Nova é um brasileiro a estudar em Portugal. Bacharel em Relações Internacionais, mudou-se para Lisboa em 2018, onde concluiu primeiro uma pós-graduação em Estudos Urbanos, e depois um mestrado em Antropologia (Culturas Visuais). Em 2021, iniciou o doutoramento em Antropologia, que ainda se encontra em curso, onde está a investigar as dinâmicas socioambientais e os processos de patrimonialização da cortiça em Portugal.

Paisagens culturais e património cultural imaterial: a participação das comunidades nos processos de patrimonialização

Celeste Afonso

Universidade Autónoma de Lisboa; Instituto Politécnico de Tomar

O reconhecimento das Paisagens Culturais (UNESCO, 1992) foi um marco na história do património e mudou a perceção, interpretação e implementação da Convenção do Património Mundial. A abordagem das paisagens culturais aproximou a natureza da cultura - as duas diferentes faces da Convenção – e introduziu a sua conjugação pelo homem. Os mecanismos tradicionais de gestão passaram a ser considerados formas aceitáveis de salvaguarda de sítios e as culturas vivas, tradições e crenças foram reconhecidas como parte integrante de ambientes culturais excepcionais. Os planos de gestão passaram a incluir a salvaguarda de tradições culturais vivas. Assistíamos ao reconhecimento da complexa e intrínseca interação entre os valores materiais e imateriais, relativamente aos locais de valor universal excepcional.

No entanto, apesar da intensa discussão sobre “participação das comunidades locais”, “valor Universal/valor local”, “gestão participada” ter produzido vários documentos e recomendações, apesar do Comité do Património Mundial ter revisto os seus objetivos estratégicos e ter acrescentado o quinto C, Comunidade, (UNESCO, 2002), só com a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003) é que a participação das comunidades locais em todo o processo de patrimonialização da manifestação passou a ser uma exigência.

Nesta comunicação, procuraremos:

- i) clarificar os conceitos: “comunidades locais” e “participação”;

- ii) refletir sobre o tratamento destes conceitos na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural e na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial;
- iii) fazer uma análise comparativa da participação das comunidades locais em dois processos de patrimonialização: “The Causses and the Cévennes, Mediterranean agro-pastoral Cultural Landscape”, que integra a Lista do Património Mundial desde 2011; “Art of Dry Stone Walling, Knowledge and Techniques”, que integra a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial desde 2018.

Desta forma, pretendemos aprofundar as reflexões sobre os vínculos intrínsecos entre o património cultural, natural e imaterial, entre os valores tangíveis e intangíveis, entre as pessoas e o seu ambiente.

Celeste Afonso é doutoranda em Património, Tecnologia e Território (DPTT), na especialidade Património, Tecnologias e Paisagens Culturais. Licenciada em Humanidades, com formação em Património Cultural Imaterial, Gestão Cultural e Artes, Museus e Património. É diretora executiva na empresa Bridges in Culture, dedicando-se a candidaturas UNESCO, Planos Estratégicos Municipais de Cultura, estudos sobre património para integração do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

Docuficcionar a paisagem: dos percursos de Inês de Jesus à urgência de um novo olhar sobre a arquitetura vernácula

Inês Francisca Oliveira

Universidade de Évora; Universidade do Minho

A presente proposta tem como objetivo apresentar a investigação “Percursos de Inês de Jesus: lugares-do-saber na paisagem” (2022), como exemplo do resgate do Património Cultural Imaterial no contexto das comunidades rurais de Trás-os-Montes, Portugal. Considerando os valores da UNESCO, abordou-se a importância da valorização das tradições, religiões, práticas agrárias, arquitetura vernacular e identidade cultural das mulheres transmontanas do início do séc. XX, destacando o seu contributo para a construção da paisagem. Cruzaram-se os conceitos de memória, território e património cultural, tendo-se inspirado nas *songlines*, prática aborígene de passagem de conhecimento, para representar linhas invisíveis na paisagem, percursos/memórias.

Através de uma abordagem interdisciplinar, a leitura sistémica da paisagem permitiu uma (re)construção da identidade cultural. Partindo de uma inquietação genealógica, de descoberta de um nome herdado, Inês, desvendaram-se reminiscências da comunidade marrana, em urgência de reconhecimento. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica e documental, trabalho de campo, contacto com locais e utilização da docuficção como ferramenta de representação da memória. Docuficcionar a paisagem permitiu transcender limites, ao incorporar elementos narrativos que dão visibilidade às histórias das mulheres rurais. Explorou-se a interação património material/imaterial, destacando a paisagem como elemento agregador das diferenças culturais evidenciando o conceito de lugares-do-saber como agente de preservação do património, capaz de promover diálogo e valorizar identidades. Ele traz respeito pela diversidade cultural, combatendo perdas de conhecimento do território do ponto de vista das mulheres e desinformação relativa às práticas criptojudais locais. O conceito de lugares-do-saber relaciona ciclos naturais, comunidade e território, sendo os espaços físicos nos quais o saber-fazer se manifesta e foi transmitido.

Quer pela criação e aplicação deste conceito, que permitiu uma compreensão holística da paisagem, quer pela valorização das marranas de Trás-os-Montes, a investigação contribui para o campo da salvaguarda do Património Cultural Imaterial. A necessidade de voltar a olhar para a arquitetura vernacular desta região, considerando a complexidade cultural de quem a construiu, enuncia a urgência de um “Novo Inquérito à Arquitetura Popular” no qual se reconheça o simbolismo que a comunidade atribuiria a elementos que hoje podem parecer “só” rurais, mas que no passado expressariam a prática secreta de tradições judaicas, cuja origem se foi perdendo.

Inês Francisca Oliveira (1997) é uma arquiteta que se destacou recentemente pela sua dissertação intitulada "Percurso de Inês de Jesus: Lugares-do-saber na paisagem", a qual foi avaliada com 18 valores. Inês vive em Guimarães, onde concluiu o Mestrado Integrado em Arquitetura na Universidade do Minho, após ter estudado Artes Visuais na Escola Secundária Martins Sarmiento. Durante o seu percurso académico, demonstrou qualidade e dedicação, sendo reconhecida com a Bolsa de Excelência da Universidade do Minho nos anos de 2018 e 2020, um prémio concedido ao melhor aluno de cada ano letivo. Além da sua formação em arquitetura, está atualmente a concluir a pós-graduação em "Ambiente, Sustentabilidade e Educação" na Universidade de Évora em horário pós-laboral, a par com o estágio ERASMUS "Building Communities: Sustainable Approaches of Women in Ruralscapes" com a associação The Hives Project, na Grécia. Ao longo do seu percurso académico, teve a oportunidade de participar em várias atividades e projetos internacionais, enriquecendo a sua formação e perspetivas. Em 2018-2019, frequentou o Master Architecture & Experience na École d'architecture de la ville & des territoires Paris-Est, tendo nesse mesmo ano, colaborado como voluntária em França, através da

associação Palombar, no projeto ERASMUS+ "Give everyone access to Heritage", que visava a promoção do acesso ao património para todos a partir de experiências de reconstrução do edificado com técnicas tradicionais.

Sessão 11 / Session 11 | Anfiteatro / Amphitheatre 131

Património alimentar / Food heritage

10:45 — 12:00

As hortas familiares como património alimentar e produto cultural

Ivani Stello Farias

Universidade de Coimbra

A agricultura de subsistência é uma prática que acompanha os primórdios da atividade humana ao longo dos tempos, os ofícios tradicionais ligados a horticultura são elementos importante das paisagens agrárias. Logo, a atividade de horticultura constitui valores de importância económica e é parte integrante do património cultural e tradicional de comunidades, entre elas, as inseridas em território de baixa densidade do barrocal algarvio, onde ainda prevalece a agricultura de economia familiar, mas que, atualmente vem diminuindo ano a ano, devido ao êxodo rural da população mais jovem para os centros urbanos, ao envelhecimento populacional e a pouca atratividade para fixar novos residentes no meio rural, além das questões relacionadas ao desequilíbrio climático.

Diante desta realidade, torna-se necessário a criação de projetos com uma visão de empreendedorismo cultural sustentável, focada nos ofícios tradicionais, dos saberes e fazeres comunitários, que venham agregar valor e riqueza no tecido socioeconómico das comunidades. Para este efeito, no ano de 2019, deu-se início a estruturação de um projeto de empreendedorismo cultural, na área das indústrias culturais e criativas, com serviços de produção alimentar, de turismo de experiência gastronómica comunitária e de responsabilidade social, integrando os recursos produtivos da paisagem alimentar.

Deste modo, criou-se uma rota turística em torno da paisagem alimentar em hortas tradicionais da Aldeia de Querença, onde é rara exceção, o agregado familiar que não possui uma horta em sua propriedade. Assim, foi catalogada uma amostra de hortas tradicionais e seus proprietários, concomitante ao convite para participarem do projeto, os que aceitaram, tornaram-se anfitriões demonstradores dos seus ofícios cotidianos, dos seus saberes e fazeres aos visitantes.

As atividades são estruturadas utilizando os recursos da paisagem alimentar e cultural da aldeia, de forma a dinamizar percursos pedestres contemplativos em torno da paisagem alimentar, experiências gastronómicas, workshops de culinária local e venda dos produtos hortofrutícolas sazonais e de um conjunto de transformados alimentares, em mercearia própria do projeto (no local) e na loja online. Desta forma, os visitantes

são levados a conhecer a comunidade, numa imersão cultural, inserida na paisagem alimentar e modos de vida dos residentes locais. Este modelo de abordagem tem demonstrado grande aceitabilidade por parte dos visitantes e rentabilidade financeira para anfitriões e entidades envolvidas no projeto.

Ivani Stello Farias é Nutricionista Clínica Funcional, mestre em Saúde e Gestão para o Trabalho, doutoranda em Patrimónios Alimentares: culturas e identidades, na Universidade de Coimbra. É investigadora e colaboradora no projeto “DIAITA: Patrimónios Alimentar da Lusofonia”, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com investigações de âmbito interdisciplinar, nas áreas da saúde, envelhecimento humano e patrimónios alimentares, culturas e identidades em Portugal e Brasil.

A “Feria del Alfeñique” e o “Museo del Alfeñique” em Toluca, México: boas práticas para a salvaguarda de um património cultural

Amanda Geraldés

Universidade Federal de Minas Gerais, Cátedra UNESCO em Património Imaterial, Universidade de Évora

A celebração do *Día de Muertos* no México obteve o título de Património Cultural da Humanidade no ano de 2003 pela UNESCO. As festividades acontecem por todo o território mexicano entre os dias 28 de outubro e 2 de novembro, onde os entes finados são lembrados e festejados de forma comunitária. Os altares em honra aos mortos constituem esses ritos festivos e são preparados com diversos alimentos e profusamente decorados com papéis coloridos recortados, flores, velas, incensos e fotografias. Os alimentos dispostos nos altares cumprem uma função de elo e suporte de memórias em honra aos mortos; são ofertados para que os mortos saibam que foram lembrados e honrados por seus familiares. Dentre as oferendas de alimentos, os doces ocupam um lugar central nessa dinâmica ritual. Esse texto evidencia os *alfeñiques* e as *calaveras de azúcar*, doces produzidos em grande escala para a celebração de *Muertos*. Um dos centros produtores desses doces é a cidade de Toluca, que elaborou políticas públicas para a promoção e salvaguarda desses artefatos: a *Feria del Alfeñique* e o *Museo del Alfeñique*. Criada em 1989, a feira se constituiu como uma expressão patrimonial da cidade e provoca recordações e memórias próprias à comunidade *toluqueña*. Realizada anualmente, a feira é uma grande vitrine de exibição e comercialização desses artefatos de doçaria e recebe visitantes vindos de todas as partes do México. Dialogando com essa tradição *alfeñiquera*, outra iniciativa promovida na cidade foi a inauguração do *Museo del*

Alfeñique em 2014. Com o objetivo de «*dignificar el trabajo de los artesanos alfeñiqueros*», o espaço ocupa um lugar de destaque, sendo o único museu dedicado a uma tradição própria à cidade. A expografia do museu conta com cinco salas expositivas que constroem, de forma lúdica, didática e interativa, uma narrativa sobre a história do *alfeñique* no México e, especialmente, em Toluca. Recursos textuais, gráficos, sonoros e audiovisuais informam e orientam o visitante nos espaços. O museu faz uso de recurso bilingue, em espanhol e inglês, em todos os seus dispositivos textuais e sonoros. Para além das salas expositivas, o espaço oferece atividades educativas como oficinas de *alfeñique*, rodas de escuta e conversa com os artesãos e conta com um serviço de visitas guiadas. Ambas as iniciativas, feira e museu, resultam de boas práticas promovidas juntamente por políticas públicas e sociedade civil, em um trabalho de cooperação para se construir e legitimar uma narrativa de tradição que visa afirmar o *alfeñique*, em uma perspectiva regional, como um patrimônio cultural tradicional de Toluca, mas, sobretudo, como um patrimônio cultural mexicano.

Amanda Gerald é doutoranda em História pela Universidade de Évora (UE/Portugal) em cotutela com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/Brasil). Bolseira do Programa Doutoral FCT HERITAS – Estudos de Património (Universidade de Évora & Universidade de Lisboa). É membro integrante do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS/UÉ), do Grupo de Pesquisa Elementos Materiais de Cultura e Patrimônio (CNPq-UFMG), da Rede DIAITA Património Alimentar da Lusofonia da Universidade de Coimbra e do Grupo de Pesquisa SAL: Sobre Alimentos e Literaturas Grupo de Pesquisa (CNPq-UFMG). Investigadora da Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber Fazer Tradicional: Interligar Patrimónios (UÉ). Tem experiência na área de História Social da Cultura, atuando principalmente com os temas: Memória, História Oral, Patrimônio Cultural Imaterial, História da Alimentação, Cultura Material, Religiosidade e Cultura Popular.

Paisagens alimentares, culturais e de memória – percursos na expressão do saber, do fazer e da arte

Luísa Janeirinho e Ivani Stello Farias

Sphaera Mundi, Universidade de Coimbra

As artes e ofícios tradicionais tem constituído ao longo dos tempos a forma de sustentabilidade e de proteção da comunidade. Neste processo o mestre artesão é o sujeito da centralidade pelo seu conhecimento cosmológico, estético, ético, ecológico que garante a continuidade da sua comunidade, pela gestão rigorosa de recursos centrada numa inteligência coletiva de continuidade, de recursos finitos, de

respeito pela vida, a natureza e o seu valor, que é necessário resgatar para o mundo contemporâneo. Daí a importância de projetos com uma visão empreendedora, das artes e ofícios tradicionais, agregando-lhe novas “entradas” que consignem de forma prática a cultura como valor, promovendo a criação de alternativas de produção de riqueza integradas no tecido socioeconómico ou agregando-se a um eixo de turismo inclusivo e cultural, cuja promoção e diferenciação a nível local, nacional e internacional constitua a alavanca do desenvolvimento sustentável, capaz de criar atividades geradoras de rendimento para as organizações e populações locais, num caminho de empreendedorismo cultural.

Tendo subjacente a importância do definido na Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (Paris, 1989), apresentamos duas experiências realizadas em Portugal e Cabo Verde, que consagram os processos tradicionais e a cultura do lugar.

A primeira experiência ocorre no Concelho de Loulé, na Aldeia de Querença, no âmbito do projeto Laivos: gastronomia e território, um projeto de empreendedorismo cultural de base comunitária, que dinamiza ações geradoras de emprego e de economia local, com envolvimento comunitário e seus recursos. Assim, criou-se uma rede de anfitriões para expressar e demonstrar os ofícios cotidianos; dos saberes e dos fazeres locais.

Da parte de Cabo Verde, o projeto “Inspira-te, património criativo” tem o enfoque no saber-fazer associado à sabedoria do Mestre, do papel que desempenha na estrutura sócio económica da comunidade, pela utilização dos recursos endógenos existentes, numa relação não agressiva com o ambiente. Assim, fez-se a recolha da sabedoria e do conhecimento através do registo de narrativas assentes numa memória construída por uma aprendizagem empírica, sensitiva e intuitiva, ancorada numa tradição ancestral, que é urgente preservar pois consagra uma identidade própria, uma “assinatura do lugar”.

Em síntese, ambos os projetos tiveram subjacente a utilização dos recursos das paisagens alimentares, culturais e de memória comunitária, no primeiro caso, através de programações de percursos pedestres contemplativos da paisagem alimentar e de experiências gastronómicas, com a utilização e venda de produtos locais e sazonais. No segundo caso, através da venda de produtos do projeto de empreendedorismo cultural assente nos personagens locais e nas suas histórias.

Através desta abordagem tem-se apresentado as tradições das comunidades e o modo de vida dos residentes, este modelo tem demonstrado grande aceitabilidade, tanto da parte dos visitantes, como das entidades parceiras dos projetos.

Luísa Janeirinho é doutora em Educação e Património (Universidade de Sevilha); mestre em Museologia; licenciada em Sociologia (Universidade de Évora). Professora do 1º Ciclo (M.Aveiro). Membro da Associação Sphaera Mundi (Cabo Verde). Autora

e coautora de projetos e publicações em Cabo Verde, que cruzam o património, a educação e o desenvolvimento – “Inspira-te, património criativo” e “Ilhas e Encantamentos” – com o apoio da Comissão Nacional de Cabo Verde para a UNESCO, Camões IP e UE.

Ivani Stello Farias é Nutricionista Clínica Funcional, mestre em Saúde e Gestão para o Trabalho, doutoranda em Patrimónios Alimentares: culturas e identidades, na Universidade de Coimbra. É investigadora e colaboradora no projeto “DIAITA: Patrimónios Alimentar da Lusofonia”, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com investigações de âmbito interdisciplinar, nas áreas da saúde, envelhecimento humano e patrimónios alimentares, culturas e identidades em Portugal e Brasil.

Sessão 12 / Session 12 | Sala / Room 124

Educação e valorização do património II / Education and heritage valorisation II

10:45 — 12:00

“Pergunta ao Tempo” da Casa da Memória de Guimarães: o património cultural imaterial na relação museu-escola-comunidade

Marta Silva e Helena Pinto

A Oficina; CITCEM, Universidade do Porto

O caminho até à Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003), não foi fácil nem linear, tendo as críticas às lacunas da Lista do Património Mundial surgido desde logo com a aceitação da ideia de imaterialidade aplicada ao património. Esta ultrapassou os argumentos históricos e estéticos, que davam prioridade aos grandes edifícios, às obras de arte emblemáticas, aos vestígios arqueológicos às criações excecionais da natureza. Subjacente ao debate conceptual sobre a separação entre património material e imaterial está uma "sobreclassificação" do património que tem dificultado um tratamento holístico do mesmo (Jiménez de Madariaga, 2022).

Tal como referido no preâmbulo do presente congresso, ao salientar o art.º 2.º da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO (2003), o património cultural imaterial, “transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história”. Entre os objetivos da Convenção destaca-se a sensibilização a nível local, nacional e internacional para a importância do património cultural imaterial e o seu reconhecimento mútuo, devendo, para tal, ser adotadas medidas de salvaguarda como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão - essencialmente através da educação formal e não formal - e a revitalização dos vários aspetos do património. Na mesma linha, a “Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society” (Council of Europe, 2005), conhecida como Convenção de Faro, salientou a importância de uma compreensão mais ampla do património e da sua relação com as comunidades e com a sociedade, incentivando os cidadãos a reconhecer a importância dos objetos e dos locais que constituem o património cultural, através do significado e dos valores que representam (DGPC, 2021).

Tem sido esta a linha de atuação da Casa da Memória de Guimarães, em cujo programa de Educação e Mediação Cultural se inclui o projeto de recolha de memórias e de património cultural que aqui apresentamos e que está na sua 7.ª edição, em 2022/2023.

“Pergunta ao Tempo” é atualmente assumido como um projeto artístico de interpretação patrimonial. Um projeto que procura originar a descoberta na comunidade de elementos patrimoniais para a reinterpretação de cada um dos núcleos expositivos permanentes da Casa da Memória. Ao longo de um ano letivo, desenvolvem-se estratégias de pesquisa, recolha e documentação do património cultural do território, na sua materialidade e imaterialidade, e inspiram-se momentos de criação artística, numa relação de proximidade com crianças, famílias, professores e comunidade local.

Desta experiência, para além de visitas e oficinas, resulta uma exposição final com criações artísticas compostas por objetos, histórias e testemunhos, nos mais diversos formatos, que coabitam e dialogam com o próprio espaço museológico da Casa da Memória.

Marta Silva é mestre em Educação (U. Minho); licenciada em Ciências da Educação (FPCEUP). Pertence à equipa de Educação e Mediação Cultural d’A Oficina; desempenhou funções de coordenação de projeto, de direção de Unidade, de programação da Casa da Memória de Guimarães e coordena atualmente o projeto “Pergunta ao Tempo”.

Helena Pinto é doutora em Ciências da Educação e Mestre em Património e Turismo (U. Minho); Licenciada em História (FLUP). Investigadora Integrada do CITCEM, no grupo de investigação “Educação e Desafios Societais” (FLUP). Autora de publicações sobre Educação Patrimonial e Educação Histórica. Investigadora do projeto “Patrimonios controversiales para la formación ecosocial de la ciudadanía. Una investigación de educación patrimonial en la enseñanza reglada” (EPITEC2, U. Huelva, Espanha).

Dimensão educativa nos processos de salvaguarda do património cultural imaterial no Alentejo aprovados pela UNESCO, entre 2008 a 2020

Merciana Rita

Centro de Investigação em Educação e Psicologia, Universidade de Évora

Esta comunicação apresenta alguns resultados do trabalho de investigação, com início no ano de 2020 até ao presente, desenvolvido em contexto de tese de doutoramento em ciências da educação, no âmbito do CIEP-UÉ – Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora. Financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., através do projeto UIDB/04312/2020 parte da seguinte questão: De que forma foi concebida e tem sido concretizada a dimensão educativa nos processos de salvaguarda do património cultural imaterial, aprovados pela UNESCO, no Alentejo, no período entre 2008 a 2020? A dimensão educativa (educação formal e não formal) nos processos de salvaguarda do património cultural imaterial do Alentejo aprovados pela UNESCO, desde a ratificação da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial no nosso país no ano de 2008 até ao período de 2020. Como tema a investigar parte de motivações pessoais e académicas, dado que não existem estudos em Portugal que incidam em exclusivo sobre este domínio. Esta proposta de investigação ainda irá notabilizar a região Alentejo e o seu património cultural explorando de forma inovadora e instrumental esta área do conhecimento, na medida em que atualmente não existe um estudo sistemático e comparativo desta realidade. Em termos de pressupostos teóricos, esta investigação sustenta-se no conceito de salvaguarda exposto no n.º 3 do artigo 2.º e no artigo 14.º: «Educação, sensibilização e reforço das capacidades» da referida Convenção da UNESCO, para atingir três grandes objetivos: 1) caracterizar a dimensão educativa presente nas candidaturas promovidas junto da UNESCO para o Cante Alentejano, Arte Chocalheira e Figurado de Estremoz; 2) caracterizar a dimensão educativa concretizada após a aprovação das candidaturas, por parte da UNESCO para os três patrimónios imateriais anteriormente referidos; 3) formular propostas que visem a melhoria das práticas educativas envolvidas nos processos de salvaguarda do património imaterial alentejano aprovados pela UNESCO. Ao nível do estudo empírico, têm sido objeto de estudo as dimensões educativas presentes nas candidaturas e nas práticas dos casos do Cante Alentejano, da Arte Chocalheira de Alcáçovas e do Figurado de Estremoz. A abordagem recaiu sobre um estudo de casos múltiplos, no quadro de uma abordagem metodológica qualitativa de matriz interpretativa, com recurso à análise documental e ao inquérito por entrevista (semiestruturada e audiogravada) como técnicas de recolha de dados e consequente análise de conteúdo como técnica de tratamento e análise da informação recolhida. Após a recolha dos dados, submetidos a uma análise documental e categorizados por uma análise de conteúdo dos documentos, chegámos às seguintes conclusões preliminares: estes patrimónios culturais do Alentejo envolvem, na sua transmissão de geração em geração, valores sociais e estéticos que estão na base de conceção do seu processo de ensino-aprendizagem e que os seus processos de aprendizagem são intergeracionais que pela transmissão e expressão de conhecimentos, habilidades e competências envolvem sentimentos e emoções.

Merciana Rita é licenciada em Ensino Básico do 1.º Ciclo, mestre em Ciências da Educação na especialidade em Administração, Regulação e Políticas Educativas e doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade de Évora. É Técnica Superior na administração local desde 2007, tendo assumido no Município de Viana do Alentejo, no período entre 2007-2019, os cargos de: membro nomeado do Município no Conselho Geral Transitório e Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, Coordenadora e responsável pela Oficina da Criança, Coordenadora e responsável pela Oficina Aberta, concomitantemente de Cofundadora e Coordenadora do Polo da Universidade Sénior Túlio Espanca/Escola Popular da Universidade de Évora e ainda recebeu a distinção Menção Honrosa na Conferência de Entrega de Prémios do Concurso “Melhores Municípios para Viver 2017 – Projetos para serem vividos” com o projeto educativo “Oficina do Ambiente para o triénio 2014-2017”. Atualmente exerce funções, no Centro de Recursos do Património Cultural Imaterial de Évora, uma estrutura da Câmara Municipal. É autora de alguns artigos científicos, na área de educação, tem proferido algumas comunicações e publicado alguns livros, dos quais destaca “Aprender no Montado”, uma edição da Câmara Municipal de Portel, das Juntas de Freguesia de Portel, Vera Cruz e Alqueva e da Universidade de Évora.

Contributos da educação patrimonial para a coesão social: valorização do património cultural imaterial em Espanha (Andaluzia), Portugal e Cabo Verde

Helena Pinto, Luísa Janeirinho e Mónica Trabajo

CITCEM, Universidade do Porto; Sphaera Mundi; DESYM, Universidade de Huelva

O património faz parte do ser humano, da sua vida quotidiana, permeia o território em que vive, sendo necessário integrá-lo na sociedade. Desde que se estabeleça um vínculo afetivo, tanto a nível individual como coletivo, gerando relações de identidade entre uma pessoa ou comunidade com esse bem, este é considerado património (Fontal, 2013). Na complexidade da sociedade atual, tem especial importância a comunidade educativa, na sua responsabilidade como agente de formação de cidadãos, devendo dar respostas às novas necessidades que se colocam, tanto no domínio social como cultural e natural. É neste contexto que a Educação Patrimonial pode surgir como um meio para alcançar este objetivo e, simultaneamente, como disciplina que oferece a possibilidade de desafiar ideias preconcebidas e aprender a lidar com diferentes interpretações dos elementos patrimoniais (Pinto e Ibáñez, 2018). É, por isso, um processo de construção de dentro para fora: por um lado, estimula a apropriação, integração e significação do património; por outro, incorpora ações de

respeito, defesa e promoção do património. Assim, permite abordar a dimensão identitária, emocional, social, cultural e económica do património, estimulando a necessidade de formação e adaptação a novas realidades sociais e culturais, num processo de descoberta partilhada, de construção pessoal e comunitária.

Nesta proposta de comunicação, apresentam-se algumas reflexões sobre abordagens de educação patrimonial que, em consonância com os valores da UNESCO para o património cultural imaterial, têm procurado introduzi-lo nos processos educativos como elemento de inclusão e coesão social, permitindo abordar as dimensões identitárias, sociais e culturais de determinado contexto, de modo a promover a fruição, o conhecimento e a compreensão dos valores históricos, artísticos, etnográficos, científicos e técnicos dos bens culturais.

Um dos exemplos referido é o flamenco, elemento de identidade social e cultural, Património Imaterial da Humanidade, declarado pela UNESCO em 2010. Na Andaluzia, os espaços onde, tradicionalmente, as crianças tomavam contacto com o flamenco estão a desaparecer. Referem-se projetos realizados em escolas como resultado da implementação do programa de inovação educativa "Viver e sentir o flamenco" a partir de uma abordagem integral e holística da cultura flamenca como património imaterial da humanidade. A criação de memória coletiva, tradição, história e coesão social, o conhecimento do seu ambiente imediato e o reforço da sua identidade são alguns dos resultados conseguidos.

Um segundo exemplo relaciona-se com o facto de, no currículo português e no âmbito da flexibilidade curricular, se possibilitar às escolas a criação de disciplinas de oferta complementar. Referimos, brevemente, propostas da disciplina de "Cultura e Comunidades" para exploração do património cultural imaterial numa região do norte de Portugal.

No caso de Cabo Verde, apresentamos o projeto "Inspira-te, património criativo" e o trabalho desenvolvido na Cidade Velha (Património Mundial da Humanidade, UNESCO, 2009). Neste berço da nação crioula, que apelidamos de *Cidade-Mundo* (Valleriani, 2020), através de um conjunto de atividades convocámos o poder educativo e criativo do património e da memória como forças inspiradoras que impelem à ação, quando colocadas ao serviço da comunidade, da sua intervenção e desenvolvimento.

Helena Pinto é doutora em Ciências da Educação e Mestre em Património e Turismo (U. Minho); Licenciada em História (FLUP). Investigadora Integrada do CITCEM, no grupo de investigação "Educação e Desafios Societais" (FLUP). Autora de publicações sobre Educação Patrimonial e Educação Histórica. Investigadora do projeto "Patrimonios controversiales para la formación ecosocial de la ciudadanía. Una investigación de educación patrimonial en la enseñanza reglada" (EPITEC2, U. Huelva, Espanha).

Luísa Janeirinho é doutora em Educação e Património (Universidade de Sevilha); mestre em Museologia; licenciada em Sociologia (Universidade de Évora). Professora do 1º Ciclo (M.Aveiro). Membro da Associação Sphaera Mundi (Cabo Verde). Autora e coautora de projetos e publicações em Cabo Verde, que cruzam o património, a educação e o desenvolvimento – “Inspira-te, património criativo” e “Ilhas e Encantamentos” – com o apoio da Comissão Nacional de Cabo Verde para a UNESCO, Camões IP e UE.

Mónica Trabajo Rite é doutora em Ciências da Educação (U. Huelva); investigadora do projeto EPITEC2 I+D+i “Patrimonios controversiales para la formación ecosocial de la ciudadanía. Una investigación de educación patrimonial en la enseñanza reglada” Integra o grupo de investigação DESYM (U. Huelva), o Centro de Investigação em Pensamento Contemporâneo e Inovação para o Desenvolvimento Social (COIDESO) e a Red14. Autora de publicações sobre Educação Patrimonial e formação na área da Cidadania.

Sessão 13 / Session 13 | Anfiteatro / Amphitheatre 131

Tradições e expressões orais II / Traditional and oral expressions II

12:00 — 13:15

Desenhando o património oral: o caso da Biblioteca Municipal de Ferreira do Alentejo (Portugal)

Maria Armada Salgado

CIDEHUS, Cátedra UNESCO em Património Imaterial

É objetivo desta comunicação dar a conhecer o trabalho de salvaguarda do património cultural imaterial levado a cabo pela Biblioteca Municipal de Ferreira do Alentejo desde novembro de 2022 até à data. “Desenhando o património oral” dirige-se a crianças do pré-escolar, com idades compreendidas entre os 3 e 5 anos de idade, que frequentam os estabelecimentos de ensino do jardim de infância das freguesias da sede de município com o propósito de: a) dar a conhecer os contos tradicionais; b) promover o gosto pela leitura visual; c) fomentar o gosto pelas artes plásticas; e c) salvaguardar os contos de tradição oral regionais. Em termos metodológicos, procedeu-se à aplicação de métodos mistos, quer através da realização da revisão da literatura, quer através da implementação de um questionário de avaliação do grau de satisfação face ao impacto do projeto no meio escolar. A Biblioteca Municipal tem inscrita na sua missão a salvaguarda do património oral, nomeadamente dos autores locais e regionais, segundo o Manifesto da Unesco para estes equipamentos culturais, motivo pelo qual tem desenvolvido projetos em prol da valorização do património cultural imaterial, desde há 19 anos. Contudo, estas recolhas incidiam, essencialmente, na recolha de saberes-fazer diversificados (orações, receitas de culinária, mezinhas e contos populares) junto do público idoso ativo e/ou institucionalizado em Centros de Dia ou em Estruturas Residenciais para Idosos, relegando para segundo plano o papel de salvaguarda para as gerações futuras. Espera-se nesta comunicação dar conta: 1) das fases de implementação do projeto; b) das técnicas de arte plástica utilizadas, e 3) e do resultado final, quer junto das crianças, quer junto das comunidades: Com efeito, foram, realizados estendais com os desenhos das crianças, nos largos mais emblemáticos das aldeias; procedeu-se a divulgação nos canais de comunicação oficiais do município de forma regular; constituiu-se uma roda de pequenos contadores; e procedeu-se à avaliação do grau de satisfação do projeto.

Maria Armanda Salgado é Chefe de Serviço de Bibliotecas da autarquia de Ferreira do Alentejo; membro da Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional: Ligando Patrimónios da Universidade de Évora; membro da BAD- Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais de Informação e Documentação. Doutorada em Ciências da Informação e Documentação pela Universidade de Évora.

El patrimonio cultural en Barrancos: lengua y literatura oral y tradicional

María Victoria Navas

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Sabemos que en Barrancos (Beja), desde el siglo XVI y hasta el XIX, era mayoritaria la lengua castellana, lengua que se sigue hablando hoy día en la comunidad. Las únicas informaciones conocidas sobre el español hablado en dicha villa proceden del texto de Leite de Vasconcelos (Vasconcelos 1955), de la reseña que unos años más tarde M. Alvar hizo a la citada publicación (Alvar 1957) y de los comentarios que se encuentran diseminados en M.V. Navas (2011, 2017). La investigación portuguesa no se ha interesado por esta situación lingüística, ajena a las variedades del portugués. Tampoco los estudiosos sobre las variedades del español se han ocupado de esta habla al encontrarse en zona geográfica y políticamente distinta a sus puntos de interés. Aunque la bibliografía sobre la situación cultural y lingüística de Barrancos muestra un rico corpus sobre la literatura oral y tradicional en español en este medio trilingüe: barranqueño, portugués y español (Navas 2011, 2017; Quijada Coronel 2021). En esta comunicación damos a conocer, con base en documentación de primera mano, fruto de nuestras encuestas realizadas en la localidad, las características de la variedad castellana hablada en el municipio para, a continuación, hacer un recorrido por los documentos que se conocen sobre ese rico legado: romances, refranes, canciones, fábulas, nanas y otros.

María Victoria Navas Sánchez-Élez fue profesora en la Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa y, posteriormente, Titular en el Departamento de Filología Románica de la Facultad de Filología de la Universidad Complutense de Madrid. Desde los años 1990 se viene ocupando del estudio del barranqueño, una lengua de contacto entre el portugués y el español. Ha formado parte de proyectos internacionales como, por ejemplo, Deonomástica multilingüe o Literatura de viajes. En la actualidad, además de investigadora del Centro de Linguística da Universidade de Lisboa y Académica de la Real Academia de Bellas Artes y Ciencias Históricas de

Toledo, participa en el proyecto Frontera Hispano-Portuguesa (FRONTESPO), es miembro del Programa de Preservação e Valorização do Património Cultural Barranquenho, entre la Universidade de Évora, el Centro de Linguística da Universidade de Lisboa y el Ayuntamiento de Barrancos. Así mismo, ha publicado libros como *Pastoril castelhano. Vicente (1989, Romancero y cancionero de Los Navalmorales (Toledo) (2002), El oriente maravilloso y exótico. Dos relatos de viajes (en col.) (2007), El barranqueño: Un modelo de lenguas en contacto (2011) y O Barranquenho: língua, cultura e tradição (2017)*. Además, ha dedicado atención a las relaciones entre autores peninsulares sobre las cuales tiene un considerable número de publicaciones indexadas como autora, directora o coordinadora. Por último, es coautora de traducciones del español al portugués y vicesa de autores, entre otros, Fernando del Passo, Mario Vargas Llosa o Maria Idalina Resina Rodrigues.

Elaboração de uma proposta de convenção ortográfica para o Barranquenho: abordagem ecolinguística

Victor Diogo Correia

CIDEHUS, Universidade de Évora

O barranquenho é uma língua ágrafa, falada em regime diglósico com o português e o espanhol, na comunidade de Barrancos, por cerca de 1438 pessoas (em 2021). Apesar de ainda haver transmissão geracional, o envelhecimento duplo, o nivelamento com o português e a diminuição do uso da língua em vários âmbitos constituem alguns dos principais fatores de desequilíbrio deste ecossistema linguístico, a partir dos quais se pode colocar facilmente o barranquenho entre as línguas ameaçadas de extinção por glotocídio.

Deste modo, apresentamos os caminhos de uma Proposta de Convenção Ortográfica para o Barranquenho (doravante PCOB) que, julgamos permitir inaugurar um conjunto de medidas e instrumentos de política linguística que visem Preservar, Proteger e Potenciar (política linguística dos 'três Ps') esta língua que é Património Cultural Imaterial indubitável.

Dito de outro modo, a PCOB pode ser o elemento de base para a elaboração de dicionários, gramáticas, livros de texto, entre outros documentos fundamentais para o ensino do barranquenho. A escrita padronizada de uma língua potencia, para além dos instrumentos para o seu próprio desenvolvimento, a descoberta, por parte dos falantes, de âmbitos ainda não explorados, i.e., a modalidade escrita da língua permite entrar em tipologias textuais que engrandecem o seu acervo de textos (*corpus*) e o seu prestígio (*status*).

Tendo em conta que se trata de uma língua ágrafa, foi necessário tomar como linhas norteadoras na elaboração da PCOB a) a aplicação inquéritos sociolinguísticos na comunidade em 1014 e em 2022; b) a observação das escassas grafias espontâneas em publicações locais e, mais recentemente, nas redes sociais, ou em documentação pessoal de alguns falantes; e c) a pesquisa de experiências/modelos de codificação recente de línguas românicas, – com especial destaque para o âmbito ibérico –, e de outras famílias linguísticas, em maior ou menor risco de extinção, nos vários continentes.

Cumprir dizer que apesar de todas as medidas de planificação linguística que possam ser levadas a cabo, nomeadamente a PCOB e outros instrumentos de normatização, caberá sempre aos falantes a última palavra, no que respeita à defesa de um património linguístico que é essencialmente seu. Só a comunidade em conjunto poderá fazer frente à máquina voraz da uniformização no mundo atual.

Victor Diogo Correia é doutorando no Programa de Linguística na Universidade de Évora. Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas na variante de Português-Espanhol pela Universidade de Lisboa. Licenciatura em Ramo de Formação Educacional na variante de Português-Espanhol.

Sessão 14 / Session 14 | Sala / Room 124

Salvaguarda e valorização do saber-fazer tradicional II / Safeguarding and valorisation of traditional know-how II

15:00 — 16:30

“É tudo de ouvido”. A delicada salvaguarda e a valorização das Tunas rurais das serras do Marão e Alvão através do património cultural imaterial

Rui Marques e Jorge Castro Ribeiro

INET-md, Instituto de Etnomusicologia; Universidade de Aveiro

Ao longo do século XX, nas remotas aldeias serranas do Marão e do Alvão, foram criadas várias Tunas Musicais constituídas por cordofones dedilhados (violões, banjos ou banjolins e bandolins) e friccionados (violinos e violoncelos), além de flauta ou clarinete. O *Toque* – termo empregue localmente para designar estas tunas – desempenhava um papel central nos momentos festivos e rituais que pontuavam o quotidiano e a vida social das comunidades locais, além de terem uma função de representação das suas próprias aldeias quando se apresentavam fora. A construção dos instrumentos, a sua aprendizagem e a composição musical eram maioritariamente asseguradas por membros das comunidades, num processo praticamente autónomo, configurando ecossistemas culturais (Moreno 2015; Schippers 2019; Titon 2009, 2009a).

Na década de 1950 provavelmente haveria mais de duas dezenas de tunas na região montanhosa que abrange o Marão, o Alvão e a Aboboreira, formadas por jovens. A partir da década de 1960, a crescente emigração, a mobilização de jovens para a guerra colonial e os desenvolvimentos tecnológicos que introduziram processos mecanizados de reprodução musical, redundaram no declínio da atividade das tunas e dos eventos em que estas se apresentavam. Este esmorecimento das tunas e envelhecimento de uma parte dos seus integrantes agravou-se nas décadas seguintes por vários fatores demográficos, sociais, culturais, pelas dificuldades na transmissão intergeracional de conhecimentos tradicionais, e pela desertificação das aldeias. Em 2002 foi possível documentar em gravações onze tunas, mas em 2023 apenas cinco mantêm atividade musical.

Conscientes do valor patrimonial destes agrupamentos e da urgência da sua salvaguarda, três autarquias da região tomaram a iniciativa de promover o pedido de inscrição das tunas das serras do Marão e do Alvão no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (PCI) de Portugal, encarregando uma equipa do INET-

md (Universidade de Aveiro) da realização do respetivo estudo de suporte, com base na metodologia etnomusicológica.

Esta comunicação tem como objetivos: (1) apresentar uma reflexão sobre as dificuldades da salvaguarda das tunas e as possíveis estratégias multidimensionais envolvendo os membros das tunas e outros agentes locais que contribuam para a sua sustentabilidade (Cooley 2019; Schippers e Grant 2016; Titon 2009, 2009a e 2015; Turino 2009); (2) partilhar e discutir alguns resultados da investigação em curso, sustentados em pesquisa bibliográfica (Minhava 1984; Neves e Cristóvão 2001; Sardinha 2005), investigação documental (em acervos de tunas, de etnógrafos locais e material de arquivo) e em trabalho etnográfico. Entre outros aspetos propomos fazer uma caracterização das tunas em estudo, no que concerne às suas constituições instrumentais, aos repertórios musicais que interpretam, aos processos de transmissão dos conhecimentos necessários à prática musical e à diversidade de contextos de atuação que enformam a sua atividade.

Rui Marques é investigador integrado do INET-md – Instituto de Etnomusicologia. É licenciado e mestre em Educação Musical, mestre em Ensino de Música e doutor em Música, com especialização em Etnomusicologia. Atuou como investigador em vários projetos de I&D desenvolvidos no INET-md e financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Colabora, como professor convidado, com a Universidade de Aveiro, o Instituto Politécnico do Porto, a Universidade do Minho e a Universidade Lusófona.

Jorge Castro Ribeiro é licenciado em Ciências Musicais e doutorado em Música. Professor Auxiliar na Universidade de Aveiro. Investigador Integrado do INET-md. Publicações internacionais sobre trânsitos de música no universo lusófono atlântico, património cultural imaterial e música na história, sociedade e cultura. Especialização em música cabo-verdiana, migração e estudos poscoloniais. Coordenação e participação em quatro propostas de inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

A prática sineira em Portugal: contributos para a salvaguarda de um património imaterial em risco

Rodrigo Teodoro de Paula

CESEM, pólo da Universidade de Évora

Em 1936, Alberto Vieira Braga publica “As vozes dos sinos na interpretação popular e a indústria sineira em Guimarães”, um trabalho etnográfico que reúne registos sobre a cultura e a tradição sineira nesse território. Sinos que tocam por si, que afugentam as trovoadas, que auxiliam o bom parto, que fazem os toques da Trindade, que honram os defuntos, que marcam as horas, que alertam para as intempéries, que animam as festas, entre outras funções, demonstravam, ainda naquele período, o impacto e a relevância de seus sons no quotidiano de algumas cidades e aldeias portuguesas. Essas “marcas sonoras” eram importantes para a realização de atividades socialmente compartilhadas e criavam, inclusivamente, vínculos identitários. Passados mais de 80 anos, uma série de fatores contribuíram para o quase total desaparecimento dessas práticas em grande parte do território português. Podemos ainda identificar um número bastante reduzido de sineiros, indivíduos detentores de um saber único e que têm através de várias gerações, apesar de inúmeras dificuldades, garantido a preservação, mas nem sempre a transmissão, desse saber. A exemplo de iniciativas realizadas no Brasil (2009) e em Espanha (2019 e 2022), e do I Encontro Ibero-americano de Sineiros (2021), realizado na cidade de Braga, o objetivo desta comunicação é apresentar contributos que possam garantir a urgente salvaguarda, em Portugal, dos saberes em torno da cultura sineira. A partir dos conceitos de Paisagem Sonora, Sonoridade Ritual e da legislação atual sobre património cultural imaterial, serão discutidos aspetos relacionados ao conhecimento sobre os processos de fabricação dos instrumentos, a valorização do ofício de sineiro, a preservação de um sofisticado e complexo sistema de toques manuais e a sua (re)integração nas práticas sociais.

Rodrigo Teodoro de Paula é doutor em Ciências Musicais – Musicologia Histórica pela Universidade Nova de Lisboa. É licenciado em Direção de Orquestra pela Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), mestre em Estudo das Práticas Musicais – Música e Sociedade, pela mesma universidade e mestre em Interpretação da Música Antiga pela Escola Superior de Música da Catalunha/Universidade Autónoma de Barcelona. É membro doutorado do CESEM-Universidade de Évora, membro da linha de investigação “Música no Período Moderno” e do Núcleo de História da Música Luso-brasileira – Caravelas (UNL), professor convidado e colaborador do Departamento de Música (área da musicologia), na Universidade do Minho (Braga). Tem-se dedicado ao estudo das Paisagens Sonoras Históricas e, como investigador doutorado, integrou o projeto Patrimonialização da Paisagem Sonora de Évora – PASEV (CESEM-CIDEHUS/UÉ). Atualmente, realiza diversas ações de recuperação, preservação e divulgação do património sineiro português.

Estremoz clay figures: Unveiling the material behind the imaterial

Ana Fonseca e Massimo Beltrame

Laboratório de Investigação, Conservação e Restauro de Cerâmica e Figurado em Barro de Estremoz – Município de Estremoz; Laboratório HERCULES, Universidade de Évora

The Craftmanship of the Estremoz clay figures is UNESCO Intangible Cultural Heritage of Humanity since 2017. Characteristic of the city of Estremoz situated in the Alentejo District (Portugal), the ceramic figures are produced with fired clay being then cold painted with vibrant colours. The crafts skills heritage associated with their production involves a multistep process starting with the elements of the figures being hand-moulded and assembled before being fired in a kiln and then painted by the artisan and covered with a colourless varnish. Their aesthetic features make them immediately identifiable.

The production of the clay figurines can be traced back to the 18th century. Documental evidence from the 18th century related the production of earrings and other curiosities made of clay to women referred to as *Boniqueiras* (a word related to doll). The clay figures are represented with regional attires of Alentejo or religious Christian iconography clothing. The themes depict natural elements, local trades and events, popular traditions and devotions. The *Museu Municipal de Estremoz – Prof. Joaquim Vermelho* has the complete collection of Estremoz clay figures, comprising the most ancient examples from the former Júlio Reis Pereira Collection dating from the 18-19th century, comprising figures representing *Nossa Senhora da Conceição* (Our Lady of the Conception), o *Santo António* (Saint Antony) ou Christmas cribs, The Spring, shepherds and women with turkeys.

The craft skills associated to the execution of the Estremoz clay figures have been studied, yet the materials used during the different periods is little known. Investigating the materials used for their production can help to understand the origin of the knowledge and skills. A set of Estremoz clay figures belonging to the Museu Municipal de Estremoz dating from different periods were investigated using a multi-analytical approach combining h-XRF for elemental characterisation and when sampling was possible optical microscopy, u-FTIR, u-XRD and SEM-EDS were applied to characteris the stratigraphy and composition of the different materials used in the ceramic body, ground layer and colour palette.

Ana Fonseca é Conservadora-restauradora de Cerâmica, é mestre em Conservação e Restauro pelo Instituto Politécnico de Tomar. Atualmente é conservadora-restauradora no Laboratório de Investigação, Conservação e Restauro de Cerâmica e Figurado em barro de Estremoz, onde para além de se dedicar à conservação e restauro de cerâmica, também tem vindo a desenvolver nos últimos anos o estudo material e técnico do Boneco de Estremoz, em parceria com o Laboratório HERCULES.

Massimo Beltrame has a European PhD in History from Évora University, in the area of Sciences applied to Cultural Heritage with a particular focus on Islamic ceramics. Since 2013 he is a member of the HERCULES Laboratory team, currently as a scientific researcher and an integrated member, participating in several national and international projects in the field cultural heritage and geoscience. He also collaborates with different colleagues of the laboratory to the study of metals, mortars, geological material, and paintings. He has more than 30 scientific articles published in the field.

Sessão 15 / Session 15 | Anfiteatro / Amphitheatre 131

Práticas sociais, rituais e eventos festivos / Social practices, rituals, and festive events

15:00 — 16:30

O potencial turístico da cultura e tradições académicas: o caso da Universidade de Coimbra

Inês Almeida e Luís Silveira

CEGOT, Universidade de Coimbra

O património universitário compreende todo o património tangível e intangível relacionado com as instituições de ensino superior, com a comunidade académica correspondente e com o contexto no qual se inserem. No âmbito imaterial, destacam-se elementos como a história interna da instituição e o seu papel na história regional e/ou (inter)nacional, os desenvolvimentos científicos atribuídos aos seus académicos, os imaginários associados à instituição, os símbolos, e a cultura e tradições académicas. Em Portugal, grande parte dos costumes, práticas e legados académicos estão associados à Praxe Académica, que conjuga elementos e símbolos da universidade – traje académico, hierarquia, cores e símbolos das faculdades, entre outros – e práticas do meio popular – rituais de iniciação, expressões musicais, cortejos, entre outros – num contexto muito específico e de grande simbolismo.

Nas últimas décadas, o interesse das universidades em otimizar e salvaguardar os seus recursos patrimoniais e a crescente curiosidade da procura turística pela história, arquitetura e quotidiano destas instituições coincidiram no surgimento de práticas de turismo cultural em universidades. As instituições acrescentam, portanto, a função secundária de atração turística – recurso turístico (patrimonial ou não) com a capacidade de atrair visitantes, geralmente com características distintivas – às suas funções primárias (educação e investigação). Na Europa, em particular, a oferta existente tem um foco predominante no património material e na monumentalidade arquitetónica, na história da instituição e no património científico musealizado. Não obstante, as tradições da comunidade académica têm ganho espaço na oferta turística.

Esta investigação explora a forma como as tradições académicas podem ser promovidas, apropriadas e materializadas para consumo turístico. Considerando a escassez de investigação sobre turismo cultural em universidades e, particularmente, relacionada com a cultura e tradições académicas, optou-se por uma abordagem

exploratório-descritiva, de cariz qualitativo, centrada num estudo de caso ilustrativo: a Universidade de Coimbra (Portugal).

Fundada em 1290, a Universidade de Coimbra é uma das instituições de ensino superior mais antigas do mundo ainda em atividade. Ao longo de mais de sete séculos, a comunidade académica foi criando e adaptando práticas que se converteram em tradições e, consequentemente, em elementos patrimoniais identitários. A vitalidade da cultura académica estende-se para além da instituição e marca a paisagem e dinâmica socioeconómica de Coimbra, assim como a imagem turística da “Cidade dos Estudantes”. As tradições seculares associadas à vida académica coimbrã foram, inclusive, um dos atributos decisivos na classificação da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia como Património Mundial da Humanidade em 2013. Nesse sentido, procedeu-se à/ao identificação/levantamento de atividades turísticas que valorizem esta vertente do património universitário em Coimbra, assim como de elementos subaproveitados com potencial turístico, nos sítios da internet institucionais e em elementos promocionais da universidade e do destino turístico. A recolha foi complementada pelo conhecimento e experiência prévios dos investigadores e pelo contacto informal com investigadores, gestores e agentes turísticos ligados ao destino.

Os resultados demonstram que várias vertentes da cultura académica estão a ser valorizadas turisticamente, tanto por iniciativa da Universidade como de outros agentes do território, através de espaços museológicos (Museu do Fado e da Canção de Coimbra, Museu Académico, casas-museu associadas a *alumni*), eventos (Queima das Fitas e Festa das Latas), roteiros e outro tipo de ofertas culturais (casas de Fado, por exemplo). A valorização turística da cultura e tradições académicas contribui para a sua preservação e até mesmo revivalismo; não obstante, o planeamento e a monitorização continuada são essenciais para evitar impactos como a trivialização e a comoditização da identidade e quotidiano estudantis, a alteração e distorção de narrativas associadas ao património e a objetivação do próprio estudante enquanto atrativo turístico.

Embora o contexto da Universidade de Coimbra seja particular, a identificação de propostas turísticas nesta investigação poderá incitar a que outras instituições com tradições académicas distintas valorizem o seu património através do turismo, tendo em consideração possíveis impactos negativos.

Inês Almeida é doutoranda em Turismo, Património e Território na Universidade de Coimbra (Portugal) e membro colaboradora do CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (Grupo 3 – Turismo, Património e Território). As suas áreas de interesse científico incluem turismo cultural em universidades, turismo criativo e desenvolvimento turístico em espaço rural.

Luís Silveira é Professor Auxiliar do Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra e investigador do CEGOT (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território), Grupo 3 – Turismo, Património e Território; Doutorado em Turismo, Lazer e Cultura, pela Universidade de Coimbra. Os seus interesses de investigação centram-se no turismo em territórios de baixa densidade, no turismo náutico e no turismo cultural, sob os vetores dos transportes, da náutica de recreio, das atividades costeiras e dos sítios classificados pela UNESCO.

Salvaguardar e comunicar o património cultural imaterial: o caso das festividades tradicionais

Rita Ribeiro

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

Em Portugal, as festividades tradicionais, após um período de declínio na segunda metade do século XX, conhecem hoje generalizada revitalização. As celebrações comunitárias ocupam um lugar de relevo, tanto na identidade das comunidades, como nas tendências recentes das políticas culturais que favorecem a inventariação, classificação e promoção do (e pelo) património cultural imaterial. Se, por um lado, daqui resultam esforços de estudo e salvaguarda de formas culturais que estão ou estiveram ameaçadas de esquecimento, por outro, surgem novos desafios. De facto, quanto mais são rotulados como património cultural, maior é a pressão sobre os bens e práticas culturais, nomeadamente a que decorre da sua mercantilização e turistificação.

Neste quadro, pensamos que têm um papel importante tecnologias, métodos e efeitos da comunicação do património cultural imaterial. A atenção dos média sobre o património cultural desencadeia pressões turísticas, políticas e comerciais que podem ameaçar a identidade cultural das comunidades detentoras. Os riscos de apropriação e manipulação por entidades exógenas ou endógenas exigem, portanto, maior atenção à comunicação institucional do património cultural: como apresentar e representar a herança cultural no espaço público, como disponibilizar informação e conteúdos de qualidade, em que canais, a que públicos.

Com base no caso das festividades (em particular, a festa da Bugiada e Mouriscada de Sobrado – Valongo), pretende-se propor um enquadramento crítico para a divulgação e valorização do património cultural através da produção de conteúdos multimédia cientificamente fundamentados. As tecnologias disponíveis atualmente permitem produzir conteúdos de qualidade, validados por estudos socioantropológicos, não apenas destinados a canais de comunicação digital, mas

também com potencial inovador para exposições e museus, enquanto forma de materialização do património cultural imaterial. Esta abordagem revelou-se particularmente importante durante o período da pandemia de covid-19, que obrigou ao cancelamento das festividades e à sua transformação em manifestações virtuais, quer das entidades organizadoras, quer das comunidades detentoras. Da mesma forma, é vital garantir os princípios da sustentabilidade cultural e comunitária, bem como a agência e a reflexividade da comunidade sobre si mesma, as suas manifestações festivas e sua identidade cultural.

Rita Ribeiro é doutora em Sociologia e mestre em Antropologia. É Professora no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, onde coordena a linha de Estudos Culturais. A sua principal área de investigação é a sociologia da cultura, nomeadamente os temas das identidades culturais, cultura popular e património cultural imaterial. É coordenadora da Research Network Sociology of Culture, da European Sociological Association.

As Festas do Divino; mudança, comunitarismo e motivação patrimonial

Aurélio Lopes

IELT; Cátedra UNESCO em Património Imaterial

Configurando-se numa visão escatológica tripartida das idades do mundo que culminaria com o reinado da “gratia” já perceptível em Santo Agostinho e que irá progressivamente adquirindo princípios doutrinários, de que o Abade calabrês Joaquim de Fiore irá constituir a principal referência, a partir de inícios do século XIV, em Portugal, os cultos do Espírito Santo irão merecer particular destaque.

Para lá da inequívoca proteção real de que os mesmos irão beneficiar percebe-se, igualmente, que o projeto das descobertas consubstanciou no pensamento português a assunção de um papel nacional privilegiado na criação de condições para a grande “era da confraternização universal” em que todos os povos do mundo, sob a bandeira de Cristo, se reuniram em solidariedade perpétua.

Surgindo hierarquicamente ao invés das restantes festas populares de cima para baixo, apoiando-se nos poderes políticos e eclesiásticos que sempre manipularam esta festividade (regulamentando e vigiando comportamentos, convocando cidadãos para desempenharem determinadas funções, impondo a presença dos funcionários públicos, das forças militares, dos edis e da totalidade dos ofícios e corporações), as Festas do Divino constituem um fenómeno peculiar no nosso património histórico festivo.

Apesar de tudo, as mesmas virão, com o tempo, a impregnar-se de uma natureza popular que a proliferação por todo o país nos séculos XIV e XV, levou (por um lado) a que a exigência de recursos que permitissem o obrigatório cromatismo e o correspondente “bodo” e por outro a competição com os cultos dos santos (bem mais eficazes no seu caráter transmorfo e sediados em locais de espiritualidade secular e ancestral), a que tais festividades entrassem em decadência.

Decadência que, aquando do povoamento das ilhas atlânticas, se tinha já iniciado. Mas que nos Açores e Madeira especialmente pela ação de duas condições locais (perigosidades apropriadas à dimensão salvífica desta Entidade e territórios virgens de sacralismos primevos) irão encontrar, de novo, condições de especial desenvolvimento.

Algo que, de forma diferente pela sua especificidade, irá acontecer igualmente no Brasil e, nos nossos dias na América do Norte.

Já no Continente, com o tempo, as mesmas foram perdendo as motivações devocionais que tinham alimentado, nos seus primórdios, a participação das classes superiores e, de forma decorrente, as massas populares.

Na maior parte dos casos, isso levou ao seu desaparecimento. Noutros, de que Tomar pode servir de exemplo, as motivações religiosas foram substituídas por motivações de orgulho comunitário. O que acompanhando a contemporânea institucionalização municipal de muitas delas, as fez chegar até aos nossos dias.

E, em certos casos, as implementou ainda mais. Numa explosão de incremento de participações que fazem das mesmas, hoje, grandes atrações turísticas.

Aurélio Lopes é Professor do Ensino Superior. Licenciado em Antropologia Social, mestre em Sociologia da Educação, doutorado em Antropologia Cultural pelo ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas. Coordenador do Fórum Ribatejo e das coleções Raízes e Antropologia da Editora Cosmos. Tem-se debruçado sobre a cultura tradicional, especialmente no que respeita à Antropologia do Sagrado e às suas representações simbólicas e festivas, práticas tradicionais culturais e cultuais, nomeadamente no que concerne à religiosidade popular e às suas relações sincréticas com raízes ancestrais e influências mutacionais modernas.

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO | Closing conference

Anfiteatro 131 / Amphitheatre 131

16:30 — 17:30

Putting intangible cultural heritage in legal terms: practices and perspectives of protection

Anita Vaivade

Latvian Academy of Culture; UNESCO Chair on Intangible Cultural Heritage Policy and Law

Anita Vaivade is Associate Professor of Cultural Heritage Studies at the Latvian Academy of Culture. With background in humanities, sociology of knowledge and legal sciences obtained at universities in Latvia and France, she defended her PhD thesis on the “Conceptualisation of the Intangible Cultural Heritage in Law”. She had professional responsibilities as Culture, Communication and Information Sector Director at the Latvian National Commission for UNESCO (2006–2012) and led Latvian delegation to the UNESCO Intergovernmental Committee for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage (2013–2015). Since 2017, Anita Vaivade is leading the UNESCO Chair on Intangible Cultural Heritage Policy and Law at the Latvian Academy of Culture and has joined the UNESCO global network of facilitators in the field of intangible cultural heritage. She has co-led an international comparative study on intangible cultural heritage related national legislations in altogether 26 countries from various regions (2014–2019) and has recently carried out a research project on “Intangible Cultural Heritage as Resource for Sustainable Development in Northern Europe: Rights-Based Approach” (2020–2023).

Síntese final | Final summary

17:30

Filipe Themudo Barata

Titular Emérito da Cátedra UNESCO em Património Imaterial

COMISSÃO ORGANIZADORA | Organising Committee

Maria Filomena Gonçalves (Titular da Cátedra UNESCO, CIDEHUS.UÉ)

Ana Carvalho (Cátedra UNESCO, CIDEHUS.UÉ)

Marcus Dores (Cátedra UNESCO, CIDEHUS.UÉ, USP)

Sónia Bombico (Cátedra UNESCO, CIDEHUS.UÉ, MED)

Nátalia Albino Pires (Cátedra UNESCO, CIDEHUS.UÉ, ESEC-IPC)

Sónia Moreira Cabeça (Cátedra UNESCO, CinTurs – UALG)

COMISSÃO CIENTÍFICA | Scientific Committee

Alexandra Rodrigues Gonçalves (Universidade do Algarve)

Ana Saraiva (Direção-Geral do Património Cultural, Portugal)

Ana Carvalho (Universidade de Évora, Cátedra UNESCO)

Ana Paula Banza (Universidade de Évora, Cátedra UNESCO)

António Tiza (Academia Ibérica da Máscara)

Aurélio Lopes (Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT), Cátedra UNESCO)

Clara Bertrand Cabral (Comissão Nacional da UNESCO, Portugal)

Chiara Bortolotto (Chaire UNESCO “Patrimoine culturel immatériel et développement durable” / CY Cergy Paris Université / UMR Héritages : Culture/s, Patrimoine/s, Création/s)

Cyril Isnart (Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS, França)

Filomena Sousa (Instituto de Estudos de Literatura e Tradição – IELT)

João Carlos Brigola (Universidade de Évora, Cátedra UNESCO)

João Lopes da Silva Filho (Universidade de Cabo Verde, Cátedra UNESCO)

João Matos (Universidade de Évora, Cátedra UNESCO)

João Rocha (Universidade de Évora, Cátedra UNESCO)

José Newton Meneses (Universidade Federal de Minas Gerais, Cátedra UNESCO)

Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora, Cátedra UNESCO)

Nátalia Albino Pires (Escola Superior de Educação de Coimbra – IPC, Cátedra UNESCO)

Nazaré Ceita (Universidade de São Tomé e Príncipe, Cátedra UNESCO)

Sónia Bombico (Universidade de Évora, Cátedra UNESCO)

Sónia Moreira Cabeça (Universidade do Algarve, Cátedra UNESCO)

Victoria Vivancos Ramón (Cátedra UNESCO Forum Universidad y Patrimonio Cultural, Universidad Politécnica de València, Espanha)

Xosé Afonso Álvarez Pérez (Universidade de Alcalá de Henares/Proyecto FRONTESPO)

COMISSÃO DE HONRA | Honour Committee

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

Magnífica Reitora da Universidade de Évora, Professora Doutora Hermínia Vasconcelos Vilar

Excelentíssimo Senhor Embaixador José Filipe Moraes Cabral, Presidente da Comissão Nacional da UNESCO

Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Federico Mayor Zaragoza, antigo Diretor Geral da UNESCO, Presidente da Fundação Cultura de Paz

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Coordenação do Alentejo, Dr. António Ceia da Silva

Excelentíssima Senhora Dr^a. Ana Paula Amendoeira, Diretora Regional da Cultura do Alentejo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Évora, Dr. Carlos Pinto de Sá

Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Filipe Themudo Barata, Fundador e Titular Emérito da Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional: Ligando Patrimónios

ORGANIZAÇÃO | Organisation

Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional: Ligando Patrimónios, Universidade de Évora

CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora

Organization:



Support/funding:

